



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0265/15	DATA: 09/04/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 10h07min	TÉRMINO: 12h46min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JÚLIO JACOBO WAISELFISZ - Sociólogo, pesquisador e responsável pelo estudo *Mapa da Violência*.

SUMÁRIO

Apresentação do estudo *Mapa da Violência*, do sociólogo e pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
Há falha na gravação.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência Contra Jovens Negros e Pobres.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 2, de 2015, do Deputado Davidson Magalhães, subscrito pelo Deputado Reginaldo Lopes.

Informo que durante a fala do convidado não haverá apartes.

Os Deputados interessados em interpelar o convidado deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já está acatada a inscrição de V.Exa.

Convido para sentar-se à Mesa o Sr. Júlio Jacobo Waiselfisz, sociólogo, pesquisador e responsável pelo estudo *Mapa da Violência*. *(Palmas.)*

Quero convidar também para compor a Mesa conosco o Deputado Orlando Silva, o nosso Vice-Presidente da Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Sr. Jacobo, por 30 minutos, para apresentar o seu estudo *Mapa da Violência*.

O SR. JÚLIO JACOB WASELFISZ - Muito bom dia a todos e a todas!

É um enorme prazer para mim estar aqui presente com vocês, compartilhando velhos trabalhos e velhas inquietações sobre o tema da juventude.

Vou tentar ser sintético. São muitos trabalhos. Tentei resumir não só este último trabalho, senão vários outros, para fundamentar um pouco o trabalho que vocês pensam desenvolver nesta Comissão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, vou tentar localizar o *Mapa da Violência* e suas inquietações. O primeiro *Mapa da Violência* foi divulgado pela UNESCO, junto com o Instituto Ayrton Senna, no ano de 1998, quando começaram nossas preocupações com o tema da juventude e a vitimização de nossa juventude. Não sei se vocês lembram, foi na época da morte do índio Galdino, aqui em Brasília, que pela primeira vez houve consciência da violência da juventude, porque estava afetando grupos de classe



média. Os autores desse ato foram meninos de classe média, filhos de juízes, etc., o que causou uma enorme inquietação geral, porque a violência, que antes se circunscrevia ideologicamente a grupos pobres, etc., agora entrava no quintal da classe média e da classe alta. Uma enorme inquietação, uma enorme mobilização, e produzimos, então, o primeiro *Mapa da Violência: Os jovens do Brasil*.

O foco global. A partir dali, foram produzidos aproximadamente 25 mapas, um ou dois por ano, não há uma periodização estrita, obedece a problemas, situações ou dados disponíveis que podem ser analisados. Então, publicam-se um ou dois por ano. E são sempre temáticos, com foco na juventude — mulher e juventude, armas de fogo e juventude, o jovem da América Latina. Em geral, sempre o foco é o jovem nas diversas atuações de violência — suicídio, homicídio, acidentes de trânsito, etc.

Tivemos diversas parcerias. É um trabalho que geralmente se faz em parceria, mas uma parceria muito especial. O *Mapa da Violência* não aceita financiamento. Tivemos uma não muito boa experiência com uma proposta de financiamento. Então, decidimos, já de muito tempo, que, na elaboração de mapa, ninguém financia, que não aceitamos nenhum tipo de financiamento. As parcerias são só para a divulgação dos mapas. A impressão e editoração (*ininteligível*), ninguém bota sua demanda, seus requisitos na publicação do mapa. Quem quer publica. Tanto é assim que ele já foi publicado por Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, UNESCO, RITLA, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Organização dos Estados Ibero-Americanos, Instituto Ayrton Senna, Instituto Sangari, FLACSO, OCB, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria Nacional de Juventude e vários outros.

Até agora nós nos sentimos cómodos com esse tipo de proposta, porque podemos elaborar e trabalhar nessa área em que estamos interessados em trabalhar.

Quais são as fontes que utilizamos? Isso é importante remarcar. Na realidade, com relação a estudos da violência, há só duas fontes nacionais. Existem muitas outras que são locais. Por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo faz um trabalho estadístico muito bom, o Rio de Janeiro também. Mas são locais. Para os nacionais, só há duas fontes neste momento. Uma delas se origina no boletim de ocorrências policiais, que são processadas agora pelo Ministério da



Justiça e também com o apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que faz o processamento e a tabulação. Ela tem suas vantagens e tem desvantagens. E nós não a utilizamos. Quais são as vantagens? Há uma série de violências que não são notadas: roubos, furtos etc.

Nós só trabalhamos com nossa fonte, que é o Ministério da Saúde, as certidões de óbito. Nossa fonte só nos permite trabalhar com violência letal, ou seja, de alguém que morreu. Então, nós consideramos violência a morte por homicídios, por suicídios e por acidentes de trânsito. A primeira, obviamente, atenta contra a vida, que é o bem mais precioso, sem o qual o resto do direito não tem nenhum sentido: o direito à vida é um direito primordial; o resto é o resto. No trânsito, porque aí se expressa o convívio na sociedade: são normas de convivência mínima que são ou não respeitadas no trânsito. E o suicídio é a violência levada contra si próprio. Então, são as três formas de violência com que trabalhamos.

Depois de uma série de discussões em 2005, começamos a trabalhar o tema das armas de fogo. E em 2006, começamos a trabalhar o tema da cor. Por quê? Porque começou haver dados sobre esse problema.

Então, nós temos uma fonte que trabalha com violência letal, sendo a declaração de óbito centralizada pelo Ministério da Saúde. E tem uma vantagem: há um histórico que é sistematizado, que começou a ser produzido no ano de 1980. Nós temos dados de 1980 até o dia de hoje e podemos ver tendências gerais. Temos uma segunda fonte que é o boletim de ocorrência. Elas não fecham exatamente, ou seja, uma não fecha com a outra. Os dados não são idênticos. Eles deveriam fechar, mas não fecham.

A outra fonte são os boletins de ocorrência policial, que têm uma ampla gama de tipos de violência. Mas ela é muito recente e ainda tem muitos problemas de processamento. E aí não dá para trabalhar os temas com que eu trabalho. Por exemplo, ela não divide sexo, por isso eu não posso trabalhar a mulher. Ela não divide idade, por isso eu não posso trabalhar a juventude. Ela não divide cor, por isso eu não posso trabalhar o tema da cor.

Então, a minha única saída é trabalhar — não é o melhor, mas é o único que existe neste momento — com as declarações de óbito centralizadas pelo Ministério da Saúde. Isso está num sistema que se chama Sistema de Informação sobre



Mortalidade, trabalhado pelo DATASUS. É um sistema de estatísticas do Ministério da Saúde.

Nos dois casos, há sempre — e hoje eu estava lembrando, Deputado Luiz Couto — uma diferença de pelo menos 2 ou 3 anos. Por exemplo, até o dia de hoje, em 2015, os últimos dados publicados pelo Ministério da Saúde correspondem ao ano de 2012. São 3 anos de diferença.

Não se explica muito bem, em uma época em que temos uma infraestrutura eletrônica que nos faz chegar notícias na hora, no instante em que acontecem, que demorem 3 anos para ministrar uma informação. Mas eu já recorri várias vezes à Lei da Transparência para acessar os dados. De qualquer forma, temos um sério problema de dados no Brasil nessa área. Se existem, não são muito divulgados ou oportunamente divulgados.

Para a população em geral, para calcular as taxas que se referem ao número de incidentes com relação à população existente, temos outro problema, isto é, nós temos o censo nacional que acontece a cada 10 anos e, depois, simples estimativas. Então, temos que trabalhar com estimativas, às vezes próprias, outras vezes do próprio IBGE para poder calcular taxas.

Então, temos o Censo do IBGE e estimativas intercensitárias que são providas pelo DATASUS do Ministério da Saúde.

Outro problema é a população classificada por cor. Praticamente, não temos fonte para calcular a população, só os censos. Aí o que fazemos são projeções intercensitárias: pegamos dois censos contíguos — e, nesse caso, 2000 e 2010 — e fazemos projeções intercensitárias para Estados e Municípios, para poder calcular as taxas.

As estatísticas internacionais com que trabalhamos são estatísticas da Organização Mundial da Saúde, que tem um sistema de estatísticas que se chama USYS, pelo qual chegamos a dados exatamente semelhantes aos que há no Brasil, porque é uma definição internacional da Organização Mundial da Saúde.

Vamos, então, entrar no tema. Entre 1980, que é o primeiro ano com que trabalhamos com os dados do DATASUS, até 2012, foi registrado pelo Sistema de Informação de Mortalidade 1.245.000 pessoas vítimas de homicídio; dentre as quais 637.296 eram jovens, 53%. Historicamente, 53% de todas as mortes por homicídio



no Brasil são jovens. E tome-se em conta que nesse período os jovens representaram praticamente 26%, 27% da população.

Ou seja, há uma desproporção muito visível entre mortalidade jovem e outro tipo de mortalidade de outra faixa.

Outros dados: 1.041.335 pessoas foram vítimas letais de acidentes de transporte; 347.894 eram jovens, 33%.

Deem uma olhada: esses dados não têm tanta representatividade, como ocorre no homicídio dos jovens. Mas, sim, há outra análise importante: se falamos que são 26% a 27%, temos de 5% a 6% de vitimização de jovens a mais do que outras faixas de idade da população.

Também vou tentar me referir muito brevemente a isso em minha posição: também os acidentes de transporte, por vários motivos atuais, são neste momento fonte de extermínio da juventude negra.

E, por último: 16.200 morrem por suicídio; 71% desses eram jovens. Também nos pareceria que o suicídio seria um ato extremo de uma pessoa já desacreditada da vida; porém, temos que entre os jovens existe um maior nível de suicídio do que no resto da população. Devemos que nos perguntar por que jovens na plenitude da vida em nossa sociedade se suicidam mais do que os velhos, que já estão no fim da vida.

As três causas sumárias totalizam 2.459.721 vítimas, das quais 43% eram jovens.

Ou seja, o jovem é primordialmente vítima da violência. A violência é a causa fundamental de morte de nossos jovens. Homicídio é a causa fundamental entre todas as causas de morte entre jovens. Em segundo lugar, aparece o acidente de transporte; depois vem enfermidade, epidemia, etc.

Se vocês observarem no gráfico aqui em baixo, vão ver que o homicídio, que estava em segundo lugar no *Mapa da Violência* em 1980, com 13.910 vítimas, foi o que mais cresceu e ultrapassou o acidente de transporte, que estava em primeiro lugar em 1980, com 20 mil mortes. Por acidente de transporte, eram 20.365 vítimas; e 13.910 foram mortes por homicídios.



Portanto, o homicídio, praticamente em 1990, emparelha com acidente de transporte; depois ele ultrapassa e dispara. O crescimento, nesses 33 anos, foi de 305%. Cresceram os homicídios.

Os acidentes de transporte cresceram 126%. Cresceu fundamentalmente também o número de suicídios, em 154,9%.

Então, são as três causas violentas que vêm crescendo ao longo do tempo em nossa sociedade.

Portanto, os dados anteriores são números. Ao trabalharmos com as taxas de crescimento nesse ínterim, de 1980 a 2012, vemos que aumentou também a população. Trabalhando com as taxas e com a relação entre número de incidentes e de população, podemos ver que os homicídios passam de 11,7 em cada 100 mil habitantes para 29 em cada 100 mil habitantes. Os acidentes de transporte passaram de 17,1, em 1980, para 23; e o suicídio de 3,3 para 5,3.

Entre os jovens, temos um panorama mais agudo ainda. Os números e taxas anteriores são da população total. Agora, vamos trabalhar com os jovens.

Entre os jovens, em 1980, os homicídios eram de 19,6 em cada 100 mil jovens; passaram para 57,6. Houve um crescimento abismal. O homicídio cresceu 194% entre os jovens e 148% na população total. Isto é, o crescimento entre os jovens foi muito mais acelerado do que na população total. No transporte, idem: passou de 18,9, em 100 mil jovens, para 29,4. E os suicídios passaram de 5,3 para 5,6. Isto é, houve crescimento em todas as áreas e em todas as linhas que nós caracterizamos como violentas.

Qual é o perfil dessas vítimas? Vítimas jovens. Em 2012, foram 56.337 vítimas. É realmente o maior quantitativo, em 2012, da série histórica que temos. Nunca o Brasil havia chegado a 56 mil homicídios. Em números absolutos — e isso está sendo muito apregoado neste momento na campanha para derrubar o Estatuto do Desarmamento —, realmente, com o desarmamento cresceram os homicídios.

Mas não cresceram tanto, pois, como veremos, mesmo com o maior quantitativo da série histórica que temos, as taxas são mais ou menos equivalentes às de 2003.

Em 2012, a taxa foi de 29 homicídios para cada 100 mil habitantes; em 2003, exatamente o ano anterior à campanha do desarmamento, foi de 28,9. O que nós



afirmamos e sustentamos é que, no *Mapa da Violência*, o desarmamento não conseguiu reverter o nível de homicídios no Brasil, mas conseguiu frear uma tendência crescente de homicídios que estava crescendo a um ritmo de 5% a 6% ao ano, um crescimento muito acelerado. O Estatuto do Desarmamento cortou, em 2004, esse crescimento crescente.

Desse total de 56 mil mortos, 30 mil eram jovens de 15 a 29 — 53%. Seria em torno, como já falei, de 27%. A taxa de jovens foi de 57,6 e a de não jovem de 18,5.

Portanto, se dividirmos a população em dois grandes grupos, de jovens e não jovens, e calcularmos as taxas, o panorama de vitimização de jovem é muito pior ainda. Por quê? Porque nas taxas totais da população vitimizada inclui-se o jovem. Se nós tiramos os jovens dessa taxa, o que temos? Temos que a taxa de jovens foi de 57,6 e a de não jovem de 18,5.

Não são jovens a faixa e zero a 14 e de 30 para cima. Esse não são jovens. E vamos ver que a vitimização juvenil é a seguinte: para cada morto não jovem, foram três mortos jovens. Ou seja, é de 211%. Morrem três vezes mais jovens do que não jovens. De cada quatro mortos, três são jovens.

O outro fator é a masculinidade da mortalidade violenta. Em todas as áreas — suicídio, acidente de trânsito e transporte e homicídios — morrem mais os homens. A violência é extremamente masculinizada. Nos homicídios, 92% são homens — e 93% entre os jovens são homens.

Nos acidentes de transporte, 70% são homens. Nos suicídios, 75% a 76% são homens. Então, há uma elevada masculinidade, tanto assim que, no ano 2000, numa publicação do censo pelo IBGE, o IBGE notou que havia uma disparidade de número de homens em relação às mulheres a partir dos 20, 24 anos até 30, 35 anos, precisamente em razão dos mortos por violência.

Calculem vocês. São 40 mil homens por ano que somem do mapa drástica e criticamente. Então, cria-se um desequilíbrio de sexos.

Outra questão muito significativa que também é tema desta Comissão é a questão da cor. A única fonte que trabalha os dados relacionados entre violência e cor são as certidões de óbito. Mas só a partir 1996 começaram a incorporar nas certidões de óbito a cor das vítimas. Mas, nos primeiros anos, havia muitas subnotificações. Nós começamos a trabalhar com esses dados praticamente na



virada do século, em 2000 ou 2002, porque já havia aproximadamente 90% de caracterização da vítima por cor. Aí decidimos que já dava para trabalhar.

Começamos a trabalhar o tema da cor praticamente em 2005 e 2006 e já notávamos uma questão: a enorme letalidade de negros comparados com brancos.

Em 2012, a taxa de homicídios com vítimas entre os brancos era de 16,4 homicídios para cada 100 mil brancos; entre os negros, 40,4. Vitimização: 146,5%. Isto é, morrem a mais 146% de negros do que brancos. Isto é, duas vezes e meia mais negros morrem do que brancos.

Entre os jovens a situação é mais drástica ainda. A taxa de homicídios de jovens brancos é de 30,1; de negros, 80,7. Vitimização: 168%. Isto é o que poderíamos chamar de seletividade discriminatória no que diz respeito aos negros enquanto homicídio. Essa é a primeira questão que vamos tentar ir aprofundando.

Aqui há um índice por idade. Estes são negros, estes são brancos. Ano 2012, de zero até 78 anos de idade. Vocês olhem a “ponta do Everest”: em 2012, na idade de 20 anos, morreram 1.750 jovens de 20 anos de idade; enquanto foram 544 entre brancos. Dá três vezes e meio a mais.

Mas vocês podem notar por isto que o problema está aqui: tanto para o jovem branco, quanto para o jovem negro, na faixa dos 12 ou 13 anos de idade até a faixa dos 30 a 35 anos de idade está o foco da violência homicida no Brasil.

Uma questão significativa e mais preocupante ainda é que se pensa que o progresso e o esquema civilizatório da sociedade vão obnubilar todas as discriminações, etc. No Brasil está acontecendo o contrário: historicamente se está agravando o problema. Desde que nós começamos a detectar esse problema, porque temos dados desde 2002, olhem o que aconteceu: as taxas de mortalidade de jovens brancos passaram de 42,1% para 30,1% — caíram. Taxas de mortalidade entre os brancos caem.

O que acontecem com as taxas relativas à população negra? Passam de 75,8% para 80,7% — aumentam. Em números, entre 2002 e 2012, os homicídios juvenis de brancos caem de 10.072 para 6.823. Caem 32,3%. Mas, entre negros, passam de 17.499 para 23.160, sendo que aumenta 32,4%. Um cai e outro aumenta.



Isto é, estamos assistindo a uma enorme seletividade dos negros enquanto mortalidade por homicídio.

Vamos tentar seguir aprofundando esse tema

Essa é a média nacional. Nós temos focos. Não é uma média homogênea em todo o País. Temos enormes diversidades de situações, tanto na mortalidade branca como na mortalidade negra.

Estas primeiras são as taxas de mortes, taxas de homicídios nas unidades federadas. O Paraná lidera em homicídios de brancos. Tocantins, Rio Grande do Sul e Mato Grosso têm taxas elevadíssimas de morte de brancos. Enquanto que Alagoas tem taxas absurdas — não altas — de morte de negros: 193,9 em 100 mil negros. Não existe paradigma como este em nenhuma parte do mundo. Nenhum país chega a esses números. O máximo que se sabe é que países chegam a 60 ou 70, o que já é uma cifra absurda.

Quero dar uma medida para vocês que ajuda a entender o que são taxas de homicídio. Nós fizemos uma leitura social dos homicídios analisando diversos documentos, etc., e chegamos a esta comprovação. Geralmente se pergunta — e é uma pergunta muito recorrente — qual é a taxa aceitável de homicídios. Essa é a hipótese de um repórter que pergunta: “*Quantos homicídios são aceitáveis?*.” Nenhum. Ninguém aceita um homicídio.

Não há uma aceitabilidade dos homicídios. Não existe. Mas existe uma leitura social dos homicídios. Taxas até 0,5% homicídios por 100 mil habitantes, dizemos, é uma taxa civilizada. Isso ocorre em países civilizados, países europeus, como Suécia, Finlândia, Islândia. Lá eles têm taxas de menos de 0,5%. A Inglaterra tem 0,3% a 0,4%. São taxas de países civilizados.

Até 5 homicídios em 100 mil habitantes, ou de 0,5% até 5%, são taxas ainda normais. Portanto, como se detecta essa normalidade? A população sai tranquila às ruas, não se preocupa, não tem medo de ser roubada, assassinada, etc., Ou, quando saem às ruas, os pais não dizem aos filhos: “*Filho, leva um celular que eu quero saber onde você está*”. Não dizem: “*A esta hora é perigoso sair*”. Não dizem: “*Nesta rua não deixe o carro, porque que vão roubá-lo*”. Há uma série de indicadores.



Por exemplo, eu estava falando com o Deputado Luiz Couto há poucos instantes que, há 20 anos, a Paraíba era o oásis da tranquilidade. Lá as casas não tinham grades, os jardins chegavam até à rua. Ninguém se preocupava com o horário, circulavam pela calçada, etc., a qualquer hora. Isso morreu. Morreu com o aumento dos homicídios.

Então, até a 5 homicídios por 100 mil habitantes a situação é normal. O que é normalidade? A população tem confiança que as forças de segurança dão conta do recado. Pode haver problema? Pode. Mas todos sabem que haverá uma ação, vão fazer um cerco sanitário e extirpar o mal pela raiz.

De 5 a 10 homicídios por 100 mil habitantes há uma quebra da tranquilidade. Começam a aparecer grades, começam a aparecer ruas em que não se pode circular, começa a aparecer segurança privada, porque a população que tem dinheiro paga a segurança privada, porque não tem confiança na segurança pública, começa a dar celular para o filho, a indústria da segurança, etc., etc., etc. Ou seja, quebra-se a tranquilidade. A população perdeu a confiança na capacidade protetora do aparelho de segurança pública.

Dez homicídios ou mais por 100 mil habitantes. Há uma quebra total. É o que se chama de situação epidêmica. Pode-se explodir em qualquer lugar, se não tomarem as prevenções necessárias, ou seja, se não se faz um cerco sanitário, se não se combate o mosquito da dengue, etc., etc. Nesses casos, a epidemia, por definição, tende a se alastrar — senão não seria epidemia. A definição de epidemia é se reproduzir e se alastrar. E a situação é epidêmica porque não precisa de explicação, o fato vai aparecer em muitos outros lugares, como está aparecendo no Brasil.

Estados e Municípios que eram um oásis de paz há 10 ou 15 anos, agora são oásis de violência.

Então, junto com Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Ceará e Goiás, Distrito Federal, Pernambuco e até Sergipe e Bahia, todas têm taxas absurdas de mais de 100 homicídios em 100 mil habitantes. Isso equivale a dez vezes o que se considera situação epidêmica — dez vezes.

Vitimização. Paraíba é um dos primeiros e um dos últimos. Em morte de brancos está em penúltimo: 9,9%. Mas é um dos primeiros, em morte de negros. A



taxa de iniciação negra é de 1.332%. Morrem 14 jovens negros — total — para cada branco vítima de homicídio.

Essas são taxas em relação à proporção da população, não porque um Estado tenha mais ou tenha menos negros.

Aqui, em relação à proporção da população, morrem 14 vezes mais negros do que brancos na Paraíba. Em Pernambuco morrem 12 vezes mais negros do que brancos; Em Alagoas morrem 8 ou 9 vezes mais negros, etc., etc.

O único Estado em que morre mais branco do que negro é o Paraná. É o único Estado em que se tem vitimização negativa: Paraná.

Nas capitais, mais ou menos se reproduz esquema semelhante ao das Unidades Federadas. Lideram, na morte de brancos, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza. Lideram, enquanto mortes de jovens negros, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Vitória e Porto Alegre. Os últimos lugares são São Paulo, Palmas, Belém e Rio Branco.

Vitimização em capitais. Em João Pessoa a taxa é de 2.074%. Morrem em João Pessoa 21 negros por cada branco jovem. Morrem vinte e uma vezes mais negros jovens do que brancos jovens. Em Rio Branco, 18 vezes mais; Maceió, 13 vezes mais; Recife, 13 vezes mais; Belém, 12 vezes mais.

Objetivamente, são unidades, capitais ou áreas em que há uma decisão de extermínio da população jovem. Não se pode pensar qual é o motivo pelo qual proporcionalmente morre mais essa quantidade, a menos que seja uma decisão intencional e institucional de matança de jovens negros.

Baixando para os Municípios — e o *Mapa da Violência* baixa até os municípios —, nos 5.565 municípios que estão no *site*, encontramos os 15 Municípios mais violentos em termos de extermínio de jovens negros. Vejam o que ocorre em Santa Rita, na Paraíba: em 2010, registra-se um jovem branco morto, mas, no mesmo ano, morreram 50 jovens negros; em 2011, o mapa registra 3 jovens brancos mortos; morreram 70 jovens negros; em 2012, morreram 2 jovens brancos, enquanto morreram 85 jovens negros.

Isto é, não há nenhuma explicação lógica, institucional, etc., que me permita aceitar minimamente que isso é normal ou que isso é natural, senão que há uma decisão explícita de extermínio de certa juventude.



Em Ananindeua, no Pará, deem uma olhada: morreram lá 20 jovens brancos, mas 419 jovens negros. Morreram lá 11 brancos, em 2011; mas 350 negros; em 2012, 384 negros. Em média, a taxa, em 2012, foi de 9 mortes de jovens negros por cada branco morto.

Vocês podem seguir com a lista e verão Cabedelo, na Paraíba — onde há dois Municípios encabeçando a lista —; além de Maceió e outros na Bahia. Portanto, são Municípios de elevada violência, não só contra negros, homicida em geral. E, segundo: há uma dedicação quase que exclusiva de homicídio de jovens negros.

Quando estamos trabalhando com grandes quantidades, a gente perde a noção do que está falando. Quando se fala de 56 mil homicídios no Brasil, é muito, mas não temos ideia do que é isso. É o mesmo que dizer a uma mãe de família: *"Olha, teu filho tem 74° Fahrenheit de temperatura"*. A mãe diz assim: *"E isso o que significa? É bom ou ruim para o meu filho?"* Não entra na experiência dela, pois a temperatura em Fahrenheit é a que se usa nos Estados Unidos, na Europa, etc. Mas, se você disser para esta mãe *"Olha, teu filho está com 40° de febre"*, ela vai sair correndo imediatamente para um posto do SUS, porque sabe que é a febre do filho é alta. Ou seja, essa informação entra na linguagem de experiência dessa mãe.

É o mesmo que se falar de 200 bilhões de dólares. Para 99% da população, 200 bilhões não é diferente de 100 bilhões. Não participa da experiência da população se falar em 200, 300, 500 bilhões. Não sabem o que se faria com tudo isso. Os jornalistas, então, têm um sistema para decifrar esses números: *"Ah, construiríamos tantos campos de futebol, tantas casas, tantos"*. E isso ocorre para traduzir para a linguagem da experiência. Bom, então sempre tomamos algum tipo de trabalho para traduzir isso. E como traduzimos esses números? Com os conflitos armados no mundo.

Deem uma olhada: existe uma instituição que se chama UCPD — Uppsala Conflict Data Program, que é do Departamento da Paz e de Estudos de Conflito, da Universidade de Uppsala, na Suécia. A universidade é uma das primeiras europeias, data de 1.400. Esse Departamento, há 60 ou 70 anos, produz estudos sobre conflitos. Eles analisaram, em 2002, 40 conflitos armados no mundo. Quais são? Conflitos na Síria, Cazaquistão, Paquistão, Somália, Iêmen do Norte, Sudão,



Nigéria, Turquia, Mianmar, Congo, Iraque e Rússia, no Cáucaso. E, nesses 40 conflitos, morreram 37.992 pessoas.

No Brasil, sem nenhum conflito de fronteira, sem conflitos étnicos, sem conflitos de língua, sem conflitos religiosos, morreram 56 mil nesse mesmo ano. Morreram muito mais pessoas no Brasil do que em 40 conflitos armados no mundo.

Em 2013, o Departamento consigna 46 conflitos, com 21 mil mortes: Afeganistão, Argélia e outros estão detalhados. Ou seja, aqui morreram 2,5 vezes mais no ano anterior: 56 mil contra 21 mil. Inclusive, morreram mais jovens — 30 mil jovens — em 2012 do que os 21.259 que morreram em 46 conflitos armados no mundo. Isso nos dá um pouco a ideia dessa magnitude.

Vejam que estamos muito preocupados. E a preocupação é válida com o vírus da AIDS, da Imunodeficiência Adquirida, e temos campanhas e temos conscientização etc. Por um flagelo morreram, no ano passado, 1.700 jovens. Mas, por um flagelo em que 20 vezes mais pessoas morrem, eu não vejo a mínima preocupação. Eu não digo que não tenhamos que ter preocupação com a AIDS, mas o que não vejo é a preocupação pelo assassinato dos jovens que está acontecendo no Brasil.

Desculpem-me, pois esta preocupação começou agora. Estou falando o mesmo discurso que falava há 5 ou 6 anos. Já há alguns esboços de que estão acontecendo coisas. Existe uma Secretaria Nacional da Juventude, foi aprovado o Estatuto da Juventude; existem programas de enfrentamento da violência, Juventude Viva etc. Mas meus dados até aqui não mudaram. Eu não vou entrar no mérito, porque não temos uma avaliação precisa do que está acontecendo.

Simplesmente os dados me indicam que os programas podem ser eficientes, mas não são suficientes. Ora, se a temperatura continua a aumentar, nós não vamos colocar a culpa no paciente; vamos colocar a culpa no remédio, porque o nosso remédio não está dando resultado. Aqui está acontecendo isso. Continua a aumentar o número de mortes e nada me indica que vai deixar de aumentar.

Eu fiz uma simulação, a partir de dados preliminares de 2013, e os homicídios continuam aumentando, e continua aumentando o extermínio crescente da juventude negra, em 2013 — a partir de dados preliminares do Ministério da Saúde.



São dados preliminares. Eu fiz uma simulação, completando os dados e chego à conclusão de que, em 2013, continua a aumentar. Não paramos em 2012.

Outro tema que vou abordar muito rapidamente é a morte no trânsito, o extermínio dos jovens negros em mortes no trânsito, de que não temos muitos comentários até agora. Não existe, dentro da visão pública, esse fenômeno. Deem uma olhada. Vou tentar ser o mais rápido possível, porque o meu tempo está-se acabando, antes que me chamem a atenção.

Em 1997, acontece um fenômeno, que é o estatuto do trânsito, que penaliza. Vocês devem conhecer melhor do que eu. Acontece o seguinte fenômeno: das três principais causas de mortalidade no trânsito, a de pedestres, que era a principal disparada, cai drasticamente e agora é a terceira em importância — e as campanhas deram resultado —; a de automóvel aumenta, mas aumenta pouco, passa de 7,2 para 13; porém, há uma disparada na morte de motociclistas. E, neste momento, é a principal causa de morte no trânsito. E quem é essa pessoa que morre? Ela tem o mesmo perfil que o da morte por homicídios: é negra, é jovem, é pobre.

Fiz um estudo por frota também, porque geralmente se estuda, no âmbito internacional, por taxas. E não é bom, é melhor estudar... Por exemplo, se eu digo para alguém: “*Olha, no Brasil tivemos zero morte de pessoas conduzidas por (ininteligível)*” — que é um instrumento puxado a pulso japonês —, “*no Brasil não existe esse (ininteligível)*”. Então, o terceiro não diz nada. Mas, de qualquer forma, o que eu quero mostrar é o seguinte: se o risco de andar de carro diminuiu 25% e a taxa de morte por frota caiu de 38,9% para 25%, o risco de andar em motocicleta na rua aumentou 8,5%. Isto é, foi aumentando... À medida que aumentaram as mortes, aumentou também o risco de ser morto na rua, ele não foi caindo.

Qual é o perfil? Idades. Essas são as idades das vítimas em motocicleta, em automóvel e como pedestre. A juventude se concentra em motocicleta. Você não vê muita gente de idade andando em motocicleta, é um artigo de jovem. Segundo, é artigo de jovem pobre. Deem uma olhada. Não temos situação econômica para moto. Há uma pesquisa nacional por amostra em domicílios, do IBGE, que pergunta em cada domicílio se se tem carro, motocicleta ou os dois. E eu posso tirar, então, a renda familiar dessa unidade. Deem uma olhada. Quem tem carro... É de 2011 o estudo, quando o salário mínimo era de 545 reais, 2011. Quem tem carro tem uma



renda familiar *per capita* de 1.500 reais, ou seja, perto de três salários mínimos *per capita*. Quem tem motocicleta recebe 529, menos de um salário mínimo. Quem tem carro e motocicleta, 1.185 reais. Quem não tem carro nem motocicleta, 572. Quer dizer, quem tem motocicleta é mais pobre do que quem não tem nenhum meio de locomoção. A motocicleta não é um meio de locomoção de luxo, é um meio de trabalho, etc.

Bom, eu não vou aprofundar-me nesse tema (*falha na gravação*). Estou terminando. Então, quem determinou todo esse novo modelo? Houve uma mudança no modelo econômico, descentralizou-se o Brasil, apareceram novos polos de crescimento econômico no interior, em Manaus, em Arapiraca, em Suape, etc., que disputaram com os polos anteriores, onde estava concentrada a violência. Em 2000, promulga-se o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública e o Fundo Nacional de Segurança Pública — FNSP, que manda dinheiro aos Estados mais violentos, e há uma melhoria na cobertura dos registros. Houve três processos concomitantes: a violência se interiorizou, foi para o interior dos Estados; houve uma disseminação nacional da violência; e um deslocamento dos polos dinâmicos.

Interiorização. Deem uma olhada. Essas são as capitais, homicídios nas capitais e regiões metropolitanas que se estagnam de 1996 até 2003. A partir de 2003, caem nas capitais, mas continuam a aumentar no interior. Isto é, há uma aproximação entre as taxas das capitais e as taxas do interior.

Há um deslocamento dos polos dinâmicos. Até o ano de 2000, os Municípios com maior crescimento de homicídios eram os de 500 mil habitantes ou mais, e também os de 100 mil para cima. A partir de 2000, os homicídios caem nos de 500 mil ou mais e crescem nos Municípios de pequeno porte.

Bom, três questões que justificam — e com isso termino rapidamente —, explicam, o nível de violência que estamos atingindo: primeiro, a impunidade. Esta é a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP, que dizia que se iriam solucionar 135 mil inquéritos de homicídios, que não estavam solucionados. Em 2010, lançou-se a Meta 2 e, até 2007, eles pegaram todos os homicídios, quando disseram que havia nem mais nem menos do que 135 mil homicídios pendentes de resolução, dormindo o sonho dos justos nas delegacias de polícia. Depois de 1 ano da tarefa, conseguiram resolver 100 mil e



poucos: 8%. E ainda falta... Esperem, está sem resolução. Ainda se tem que ir ao Ministério Público, o Ministério Público tem que oferecer a denúncia, a denúncia tem que ser acatada pela Justiça, a Justiça tem que chamar o Tribunal do Júri, o Tribunal do Júri pode dizer “sim” ou “não”, e culpá-lo. A nossa estimativa é a de que aproximadamente 3% a 4% dos homicidas no Brasil vão para a cadeia. Com essa mentalidade, o meliante prefere matar e não deixar testemunhas, porque testemunha pode incriminar. Morto não incrimina ninguém.

Cultura da violência. Geralmente se coloca toda a carga — não é que não exista — na droga, nas grandes organizações criminosas em torno da droga. Pesquisas, inclusive do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP, estabelecem que uma parte preponderante dos homicídios são homicídios de proximidade: amigos, parentes, vizinhos, que, por motivos banais e fúteis — chamam-se banais e fúteis — pegam numa arma e matam o outro.

Terceira questão: a ampla circulação de arma que temos no Brasil, pela qual qualquer conflito, por mínimo que seja, converte-se em letal. Arma não foi feita para negociar; arma foi feita para matar.

E, por último, e mais grave ainda, o que nós chamamos de tolerância institucional, e com isso termino, prometo. O que significa essa tolerância institucional? O primeiro passo da tolerância institucional é a culpabilização da vítima. Nossas instituições se caracterizam por culpabilizar a vítima, que é o menino da droga, o menino do *crack*, que é a mulher que mostra os seios na rua, que é a mulher que incita o estupro, etc., etc., etc. A vítima vira culpada. O primeiro passo da tolerância institucional é dizer: “Ah, teve o que mereceu”. Aí surgem também outras questões que têm a ver...

Mas a segunda questão é muito mais séria ainda: perante a leniência da Justiça, etc., aparecem periodicamente, cada vez mais, grupos que fazem justiça pelas próprias mãos. Já (*ininteligível*) milícias, já (*ininteligível*) grupos de extermínio, já (*ininteligível*) grupos de vingadores: “Se fizer um, vou fazer cinco”. Isto é, já nem sei como se chamam. Aquelas instituições que têm o dever profícuo de respeitar e de fazer respeitar a lei são as que primeiro transgridem essas leis. E entram na justiça direta, justiça pelas próprias mãos. Todos os dias aparecem casos rumorosos desse tipo de justiça pelas próprias mãos. É isso aí.



Eu quero terminar dizendo que, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos — DUDH estabeleceu que o direito à vida é o direito primordial: o direito à segurança, o direito à vida, o direito à saúde, etc., principalmente à vida. Ainda temos certo caminho a percorrer, se queremos garantir minimamente esse direito à vida, principalmente por parte dos jovens negros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer aqui a apresentação brilhante do nosso professor e pesquisador Jacobo. Quero informar que toda a sua apresentação está disponível na página da Comissão e também está sendo transmitida pelo *site* e-Democracia.

E quero aqui passar a palavra, pelo Regimento, ao autor do requerimento, o Deputado Davidson Magalhães e, depois, pela ordem, ao Delegado Eder Moreira e aos demais inscritos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero convidar também a Relatora para compor a Mesa, a Deputada Rosângela Gomes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, só para formalizar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, não, agora é o Delegado Edson Moreira que está inscrito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Só para formalizar a minha inscrição, porque eu cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sua inscrição está garantida. Então, vamos lá.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero parabenizar o Sr. Julio Jacobo pela apresentação. Eu já tinha conhecimento do livro, já li inclusive algumas observações e acho que o quadro apresentado é um quadro importante, principalmente as conclusões, além das informações, que desmistificam certas discussões que se fazem no Brasil. Sabemos que a droga, os aparelhos criminosos que existem no País, tem uma



responsabilidade significativa, mas a cultura da violência, a impunidade e principalmente a culpabilidade da vítima, que é uma cultura que é disseminada no Brasil... E eu pego esse exemplo muito importante assim quando nós vemos um assassinato praticado. Nós devemos ser contra qualquer tipo de homicídio, mas, quando um homicídio é contra um jovem branco, da classe média, nas cidades médias do Brasil há uma indignação profunda, quando todo o dia nós temos assassinatos e extermínios desenvolvidos nas periferias das nossas cidades envolvendo os nossos jovens. Portanto, eu acho que esse é um instrumento importante para a nossa CPI, para, depois, fazermos uma avaliação das políticas públicas desenvolvidas em relação a esse enfrentamento.

Acho que a nossa legislação é uma contribuição interessante em relação à cultura. Os nossos meios de comunicação jogam um papel decisivo inclusive nessa cultura da violência, da forma que tratam o problema da violência no Brasil, e efetivamente a questão da facilidade do acesso a armas, principalmente as armas de fogo no Brasil. Isso terminou transformando qualquer tipo de conflito em conflito letal. Portanto, acho essa contribuição importante, para criar padrões para nós avançarmos na compreensão da complexidade que tem esse problema, essa verdadeira pandemia até, que existe hoje nos assassinatos, superando qualquer tipo de conflito que existe no mundo atualmente, que são conflitos, aí, sim, com armas pesadíssimas, com tanques, aviões, etc., mas que não se comparam aos padrões brasileiros.

Portanto, a contribuição é importante, para que nós inclusive superemos, do ponto de vista da Comissão, e criemos uma visão mais ampla do problema da violência, que não é um problema de culpabilidade de um setor “x” ou “y”. Levar a compreensão para esse quadro é minimizar o tamanho, a profundidade e a complexidade do problema em que nós estamos envolvidos. Portanto, acho que essa contribuição do professor é muito interessante.

Eu tenho apenas uma questão aqui. Quando eu li o livro, chamou-me a atenção a mudança do padrão da mortalidade dos jovens, que, há 5 décadas, era principalmente de questões relativas à saúde, e dá uma virada a partir dos anos 80. Então, acho que isso é um... E se alguém acha que não tem a ver com os problemas sociais, vamos analisar.



O que foi a década de 80? Onde existem os maiores crescimentos em percentuais foi exatamente na década de 80, década perdida (*riso*): recessão e crise. Década de 90. Se nós pegarmos a década de 80 e a década de 90 e estudarmos o *Mapa da Violência*, nós vamos observar que é exatamente aí que ocorrem os maiores crescimentos percentuais do nível de violência e do nível de homicídios. É a falta de perspectiva da nossa juventude nesse período. Foi a juventude que foi abandonada pelo Estado, que não tinha emprego, não tinha perspectiva de vida. Portanto, o problema está relacionado a uma ação multissetorial do Estado ou multifacetada, que deve envolver um conjunto de ações. Portanto, acho que esse é um aspecto importante desse padrão de mudança das causas de mortalidade dos jovens e a associação e a compreensão dos aumentos percentuais, dos maiores aumentos percentuais, porque o problema é que, quando você pega do final da década de 90 para hoje, percentualmente até que não houve um aumento, mas o número absoluto é absurdo! E é isso que nós precisamos tratar, porque o percentual não é apenas uma referência. Nós temos que levar em consideração que os números absolutos são números de guerra, são números de genocídio que está ocorrendo em nosso País.

E, por último, Sr. Presidente, quero fazer uma questão sobre o problema da subnotificação. Nós estivemos recentemente com o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia discutindo o problema do crescimento da violência e os dados. Então, há aí a notificação da chamada violência letal, que é o centro do *Mapa da Violência*. No entanto, existem também as causas não conhecidas. Nessa observação, nessa pesquisa que foi feita — porque há uma queda dos índices de violência no Estado do Rio e no Estado de São Paulo —, nas suas conclusões, isso tem a ver com um dos aspectos das políticas de segurança desenvolvidas nesses Estados. Foi feita alguma avaliação sobre se os percentuais caem na mesma medida que a notificação de causas não conhecidas? Ou seja, estaria havendo aí uma maquiagem em relação à queda da violência nesses Estados? Porque uma das observações nessa discussão com o Secretário de Segurança Pública, ele observou e falou o seguinte: “*Olha, é bom fazer uma análise de que as causas desconhecidas podem ter crescido muito nessas cidades onde há uma queda percentual, que, no*



fundo, no fundo, representa uma subnotificação ou uma maquiagem do processo da queda da violência”.

Então, eram essas duas questões que eu tinha para fazer. No mais, quero agradecer e acho que foi plena essa discussão, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães. O próximo orador é o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Gostei muito também da palestra do professor. Foi esclarecedora. Porém, eu tenho algumas ponderações que eu entendo que não são compatíveis. Por exemplo, declaração de óbito e certidão de óbito. Toda morte, seja violenta, até por queda, vai constar lá o traumatismo crânio-encefálico, vai constar a violência, seja por causas naturais, como o raio, vai ter a queimadura, etc. O suicídio é o autoextermínio. O Durkheim — lembra do Durkheim? — explica muito bem essa parte do suicídio. E quero crer que, não sei se para nós, a parte do autoextermínio, a não ser a parte do induzimento, auxílio e investigação, que é crime, acho que não vai interessar para nós. Mas também consta da declaração de óbito a violência, ou o envenenamento, ou, então, o tiro, tudo.

Nessas questões, então, eu estava observando o livro do senhor — que foi muito bem escrito —, eu tenho dúvidas com relação a constar isso para nós como parte violenta, porque não traz uma numerologia exata com relação à investigação que eu quero fazer. Por exemplo, constam 216.211 suicídios aqui do livro do senhor.

Outra coisa que eu também quero dizer é que, infelizmente, devido à miscigenação da raça brasileira — há uma miscigenação muito grande, então, são várias cores, todas as cores, de raças que nós temos no Brasil, todas: branca, vermelha, amarela, negra —, e essa mistura das raças traz, a meu ver — é por isso que eu gostaria que o senhor explicasse —, essa medida errada de que a maioria que está morrendo é negra. Eu acho que, tendo em vista a parte parda e a parte morena, que são consideradas negras também, temos esse número de violência ou número de mortes dos negros. Eu acho que 99% das mortes realmente são de pobres. A maioria, 95%, quero crer. Então, são essas as minhas observações.

Sinto falta da separação dos laudos das autopsias ou necropsias, que são sinônimos, como uma referência. Por quê? No Brasil há uma diferenciação entre



homicídio e latrocínio. Os acidentes de trânsito estão muito bem definidos. Muito bom. Agora, o latrocínio é crime contra o patrimônio. A pessoa mata para garantir o produto do roubo. E o homicídio é a morte mesmo. Então, está tudo num contexto só: suicídio, latrocínio, homicídio e mortes acidentais, como por queda.

Então, são só essas as observações que eu gostaria de fazer e o fundamento para tudo isso aí. Quer dizer, isso traz um volume bem maior do que o que realmente está acontecendo, a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, verificando a apresentação do Prof. Julio, nós constatamos algumas evidências e achamos que o *Mapa da Violência*, como ele mesmo disse, é resultante da falta de um banco de dados em que efetivamente nós tenhamos o acontecimento, o que ocorreu, a morte. É por isso que se dá muita atenção ao patrimônio, porque, quando é roubado um carro, logo está no INFOSEG — Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização o carro roubado. Mas, quando se mata uma pessoa, há todo um processo de identificação, fica aquela..., porque há muitos crimes misteriosos em nosso País de que não se faz a devida investigação. Não se abrem inquéritos dos boletins de ocorrência, porque o medo é geral, o clima de terror ameaça também, e há casos em que a pessoa vai lá e o delegado diz: *“É melhor você não colocar essa coisa para frente, porque você pode sofrer represálias e ameaças”*. Enfim, essa é uma situação que nós consideramos.

A relação, Prof. Julio, entre o aumento de armas ilegais em nosso País e essas mortes também. Eu li um estudo que falava que, nos últimos 10 anos, a faixa etária em que mais cresceu o número de homicídios por arma de fogo — não sei se o mapa tem esse dado, porque ele só pega de 15 a 29 anos — era de 10 a 14 anos, que foi a faixa etária em que mais cresceu, foram pouco mais de 32% de mortes. Então, mostra também que não é só o jovem, mas também crianças, porque até 11 anos e pouco é considerado criança, embora alguns órgãos digam que criança é até 18 anos. Então, é uma relação. Mas eu pergunto essa primeira coisa.

A segunda pergunta é sobre o fato de que o Estatuto do Desarmamento não inibiu os crimes de homicídio, como V.Sa. colocou. Como o Estatuto não resolveu a



problemática dos homicídios, eu gostaria de saber se, dentro dessa perspectiva, o senhor teria alguma proposta salutar que resolvesse essa chaga que tanto nos aflige. O que nós estamos verificando é que hoje há a tendência de querer revogar o Estatuto do Desarmamento e assegurar cada vez mais... Nessas taxas de homicídios tão elevadas, qual a idade mínima que está causando mais casos de mortes? O mapa diz de 15 a tal. Mas, há uma faixa etária onde efetivamente existe maior número de mortes?

Outra questão que eu queria levantar é a necessidade de termos, como eu disse, um banco de dados onde efetivamente sejam responsabilizados os agentes públicos que devem informar e não informam. Eu mesmo, quando era Deputado Estadual na Paraíba, apresentei uma proposta que foi votada, mas o Governador da época a vetou dizendo que isso ia trazer muitos problemas de segurança, etc.

Eu pergunto ao senhor sobre uma questão que o senhor colocou com relação à questão dos suicídios. Na realidade, muita gente diz: *“O jovem suicidou-se por falta de sonhos, de problemas de relacionamento, enfim”*. Nessa questão dos suicídios, o *Mapa da Violência* trabalhou a questão também do caso de alguns jovens, principalmente em algumas comunidades indígenas, onde, por falta dos sonhos e das perspectivas, há uma vertente que diz: *“Olha, não há mais razão para viver, porque viver nesse mundo onde só tem violência, onde só tem abandono, onde só há tentativa de querer dizer que todo aquele que comete uma infração deve ser preso e condenado, etc.”?*

A outra situação que eu também coloquei na sua apresentação é que, de todas as faixas da população, há uma faixa que vai sempre crescendo, mesmo naqueles Municípios. Só naqueles Municípios onde tem mais de 500 mil é que há uma queda; ora sobe, ora desce. O mapa identifica o porquê desse crescimento nas pequenas, de até 490 mil, e naqueles que...?

A outra questão que eu gostaria que o senhor explicasse é a questão do jovem, porque diz que é jovem negro, afrodescendente, pobre na maioria, mas também que mora na periferia. Ou seja, há essas questões de classe social, de local de moradia, de faixa etária, mas não são levados em conta, mesmo colocando que a maioria é do sexo masculino, por exemplo, os crimes praticados contra os



homoafetivos. Ou seja, essa situação tem sido identificada? Não. Pois é, essa é a questão.

A outra é que, na realidade, em muitas cidades próximas das metrópoles, das regiões metropolitanas, há quase uma incidência no crescimento. Por exemplo, em João Pessoa, que pega Santa Rita, Cabedelo, enfim, aquela região metropolitana, de fato leva também a uma..., porque alguns crimes são praticados aqui, e os cadáveres são jogados lá. Acontece muito isso aqui, e vice-versa. Então, essa situação também não tem nas identificações. Então, seria preciso haver um mapa onde se colocasse efetivamente todas as condições. O problema é que alguns inquiridos não têm essa referência de colocar todas essas questões.

Finalmente, uma outra questão que o senhor colocou são as consequências desses padrões de violência: a interiorização da violência, a falta de políticas públicas, a falta de investimentos efetivamente na educação de qualidade, educação para todos, educação para a cidadania, a questão do trabalho digno, etc. E muita gente coloca, sempre quando há isso: *“Aquele jovem foi morto, porque estava vinculado ao tráfico”*. É sempre a questão: o tráfico é a causa da morte; então, não servia ao chefe, e o chefe mandou matar. E eu pergunto sobre as chacinas que acontecem no nosso País, pois efetivamente há um crescimento dessas chacinas, e, muitas vezes, esses crimes não são investigados com profundidade.

Eu mesmo fiquei indignado quando perguntei a um delegado e ele disse: *“Olhe, Deputado, a gente só consegue ter prova material se a gente torturar”*. E eu disse: *“E os mecanismos de inteligência são utilizados?”* Esse é um aspecto. E mais o seguinte: nessa interiorização da violência, há uma disseminação da violência, inclusive através de programas policiais nas rádios e nas TVs, com a afirmação de que bandido bom é bandido morto.

E, finalmente, esse aspecto da pesquisa, que o Ministério fez e que também o mapa coloca, que é a naturalização da dose de violência dirigida aos setores vulneráveis ou subalternos. E me preocupa também a questão da tolerância e aceitação da população, principalmente das instituições encarregadas de enfrentar o problema.

Então, era isso que eu gostaria de colocar, que. V.Exa. poderia depois responder.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado. O próximo orador é o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, muito bom dia.

Parabéns ao Prof. Júlio Jacobo. Ao mesmo tempo em que a gente fica feliz de haver uma pesquisa tão rigorosa, a gente fica — pelo menos eu fico — bastante assustado e estarecido com os dados que essa pesquisa revela. O Brasil é um País que assenta a sua identidade nacional. A identidade nacional brasileira está muito fundada, sustentada num discurso público e numa propaganda de democracia racial e de miscigenação.

Nos anos 80, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes conduziram uma pesquisa que derruba esse mito da democracia racial, mostrando quão racista é o povo brasileiro, que, se por um lado nega o racismo, discursivamente, na miscigenação ou na valorização da mulata, por exemplo, por outro, reafirma o racismo nas escolas exclusivas para bancos, nos clubes, nas estatísticas de desemprego, por exemplo, na quantidade de pessoas negras, ou autodeclaradas negras, que estão presas, ou em hospitais psiquiátricos e por aí vai.

Então, o primeiro ponto: eu gostaria que o senhor explicasse os critérios para definir essas vítimas como negras ou não negras, porque a gente vê que esse discurso é muito evocado aqui, sempre, da miscigenação para desqualificar a pesquisa, para dizer que essas pessoas não são negras, embora a gente saiba muito bem que também é uma expressão do racismo as pessoas se distanciarem da sua afrodescendência. Então, a tendência do povo brasileiro, por causa de uma ideologia racista ou de uma ideologia da “branquitude”, é se identificar mais com o lado branco da miscigenação. As pessoas, por exemplo, costumam me dizer, me contestar, quando eu digo que eu sou negro, porque eu sou filho de um homem de pele preta casado com uma mulher de pele branca. Então, se eu me identifico como negro, as pessoas tendem desqualificar a minha autoafirmação, porque eu não tenho a pele preta.

Então, um primeiro ponto, eu gostaria que o senhor explicasse para a gente até para poder desfazer esses equívocos levantados aqui.

O segundo ponto, no que diz respeito ao Estatuto do Desarmamento, eu gostaria que o senhor explicasse melhor também, deixasse bem claro esse



argumento, porque muita gente está evocando aqui essa diferença pequena, desde que o Estatuto foi promulgado, entre o número de homicídios antes e depois, para justificar, para derrubar o Estatuto do Desarmamento. Então, eu gostaria que o senhor deixasse claro que, na verdade, o Estatuto freou uma taxa de crescimento de homicídios, que era alta. Então, ele dá um freio. Ele pode não ter diminuído em números absolutos o total de homicídios, mas ele freia — não é isso? — uma taxa de crescimento. Então, eu queria que o senhor explicasse melhor essa questão.

Essa pesquisa não fala nada, mas eu gostaria de saber sua opinião sobre o papel das representações da violência nessas taxas que a pesquisa revela. Por exemplo, as representações da violência urbana, nos programas de televisão, nos programas vespertinos de televisão, nos programas dedicados à cobertura de crime, quase sempre priorizam — quase sempre, não, totalmente priorizam — os crimes cometidos pelos pobres e pelas pessoas que moram nas periferias, nas favelas, nas invasões. Quer dizer, tratam apenas desse crime. Em que medida essa representação da violência não associa negritude, pobreza e criminalidade, justificando o uso da força policial militar contra essas pessoas?

O senhor fala em proximidade, circulação de armas. Há uma proximidade entre as pessoas, entre as vítimas e algozes nos homicídios? A livre circulação de arma tem um papel nesses números de homicídios? Eu gostaria que o senhor falasse do papel da guerra às drogas, como política de Estado, de enfrentamento da drogadicção e do tráfico de drogas. Quer dizer, a resposta política desse Estado é uma guerra. É ampliar o efetivo policial, armá-lo cada vez mais para enfrentar quadrilhas de traficantes, sem apresentar outras soluções para o problema da drogadicção. Por exemplo, ninguém fala em legalização, em regulamentação das drogas como forma de produzir uma queda na taxa de homicídios.

Gostaria de saber quanto desses jovens, desses homens vítimas de homicídios, quantos desses homens e jovens pertencem às forças de segurança, se existe esse dado. Por exemplo, quantas dessas pessoas que pertencem às forças de segurança estão nas polícias militares, estão nas polícias civis, e morrem em decorrência dessa própria guerra às drogas, dessa política de segurança?

Por fim, mais outras duas questões. Quero me somar ao Pe. Luiz Couto. Eu sei que você já respondeu — posso chamá-lo de você? — a ele, fora do microfone,



que não há nenhum dado que aponte... A pesquisa aponta o gênero, quer dizer, os homens estão morrendo, a masculinidade é presente nessas taxas de homicídio, mas a identidade de gênero e a orientação sexual não estão catalogadas, não é?

Por exemplo, morrem muitas travestis e pessoas transexuais e, por uma dificuldade dos próprios gestores, dos próprios funcionários das delegacias e das polícias, travestis e transexuais são sempre registrados como homens. Pensa-se só no sexo biológico, e não na identidade de gênero dessa vítima. Então, encontra-se uma travesti morta num matagal, num terreno baldio e registra-se como jovem, homem jovem. Fala-se do sexo, e não da identidade de gênero. Este é um ponto sobre o qual eu queria que o senhor discorresse.

Por fim, no momento em que o Rio de Janeiro implementa uma política de segurança pública que se expressa na Unidade de Polícia Pacificadora — UPP, e essa política vem sendo copiada, ou há pretensão de se copiar essa política em outras partes do Brasil, eu pergunto: em que medida uma política de segurança que se traduz apenas na presença da força policial militar nesses territórios pode ser eficaz na redução desses números que a pesquisa apresenta?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero só registrar a presença do nosso Secretário Nacional da Juventude, Gabriel Medina. Agradeço a presença. Seja sempre bem-vindo!

Quero passar a palavra ao próximo orador, Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prof. Júlio Jacobo, embora tenha chegado atrasado, eu assisti ao final da sua exposição, mas ainda ontem estive dando uma passada, estou com toda a sua pesquisa aqui, e, mesmo que rapidamente, fiz uma leitura.

O que se quer aqui hoje e durante todas as sessões que irão acontecer é exatamente nós procurarmos saber as causas das mortes dos nossos jovens no Brasil. Quando eu coloco causa de morte de jovens, não especifico exatamente cor. E quero aqui até fazer referências a outros colegas que já se posicionaram em relação à cor que é mencionado muito: “jovens negros e pobres”.

Nós vivemos num País em que a cor predominante é de pardo para negro. Eu tenho certeza, até pelo que vi em algumas outras pesquisas, de que consideram o



negro a inclusão do pardo e a cor de pele negra, todos como negros. Tanto que eu me considero negro, até porque meu pai é de cor escura também, tenho irmão de cor escura, e vim pardo.

O que me preocupa? É não querer especificar exatamente questões de cores, porque eu acho que o que está morrendo em nosso País não são as cores. O que está morrendo são os nossos jovens, independente da cor, independente da cor. E isso eu acompanho há anos.

Se a minha vida profissional durante 30 anos posso considerar como uma verdadeira pesquisa de tudo o que fiz, assim como o estudo que o senhor fez, eu quero entender que o que morre são os jovens e não a cor. Nossos jovens estão morrendo. Precisamos exatamente nesta CPI e em todos os outros setores que forem possíveis, inclusive dos governos Federal e Estadual, procurar as causas e estimular políticas para que a gente possa acabar com as causas e diminuir as mortes.

O que me preocupa? O senhor mencionou mortes no trânsito. Nós temos diversos tipos: temos questões do trânsito, questões de suicídio e de mortes violentas. A questão do trânsito, pela última colocação que eu ouvi o senhor falar, está ligada, pelo grande índice, principalmente, a motocicletas.

Posso lhe dizer e garantir que não quero mais uma vez entender que essas mortes ocorrem exatamente porque o negro é quem compra a motocicleta. Isso para mim não é verdadeiro. Quem compra motocicleta, e concordo com o senhor, é exatamente a classe pobre, que compra principalmente para trabalhar.

Hoje, com a eclosão de moto-táxis em todas as grandes cidades do País e também nas pequenas e com o grande avanço de aquisição fácil da motocicleta financiada, houve uma explosão de motocicletas nas ruas. É claro que isso vem causando acidentes de trânsito, com mortes também dessas pessoas, que, na grande maioria — concordo mais uma vez com o senhor, Prof. Júlio —, são pessoas pobres, porque elas são exatamente as que utilizam esse tipo de transporte.

Mas quero incluir aqui nos acidentes de moto a questão da desorganização do nosso trânsito, a questão da imprudência e da negligência das pessoas, muitas vezes, que utilizam essas motocicletas.



Passamos para a parte final, quando o senhor colocou ali três itens: a impunidade, a cultura da violência e a tolerância institucional. O senhor falou, na cultura da violência, das drogas e da circulação das armas.

Eu quero sempre trazer para esta CPI a verdade, porque a minha vivência faz com que eu tenha as minhas certezas, como cada um aqui pode ter a sua — ou alguns nem as têm, e por isso eu quero trazer a minha para que ele possa ter um convencimento —, eu tenho as minhas. Então, sobre a questão das drogas neste País, eu estava exatamente lendo aqui o seu relatório final, ou na parte das considerações finais do seu relatório, que diz que, dos anos 2002 a 2012, houve uma estagnação da violência no País, em relação aos homicídios. A violência se comportou, ela estagnou. Concorda? Está aqui no seu relatório.

E o que é interessante? De 2012 para o ano atual, a violência eclodiu disparadamente. Aí eu cito a questão das armas. Em primeiro lugar, quando foi introduzido e aprovado o Estatuto do Desarmamento, o objetivo era a diminuição das mortes neste País com o uso de armas de fogo. As armas foram retiradas do cidadão de bem — porque só entregou armas cidadão de bem; bandido não entrega arma. Então, só o cidadão de bem chegou à polícia, entregou a arma, e aí passou a não utilizar mais armas.

Mas a violência, mesmo com o Estatuto do Desarmamento, não diminuiu. Ao contrário; ela aumentou, e muito, e muito! E não são as armas do cidadão de bem, que foram retiradas das ruas, que estão matando. As armas que estão matando são as que entram pelas nossas fronteiras, de forma livre, e que vão para os morros, para as áreas de tráfico, e são distribuídas nos pequenos e médios crimes. São essas que estão matando.

Em relação à drogas — e eu não vou nem lhe fazer a pergunta, porque o seu relatório, as suas considerações finais me satisfizeram —, quando o senhor coloca aqui que, na última década: *“um fato inquietante é a eclosão de homicídios, constatada no último ano. De 2011 a 2012, as taxas de homicídio na população total crescem 7%; e, na jovem, 8,5%. Estados como São Paulo, onde vinham caindo de forma mais ou menos sistemática desde 1999, interrompem a descida e entram a formar parte desta eclosão. Rio de Janeiro, cujas quedas vinham desde 2003, estagnou no último ano em 28,3% os homicídios por 100 mil habitantes.”* O senhor



concorda até aí, não é? São suas palavras aqui. "*Seria prematuro identificar se essa é uma oscilação circunstancial, como provavelmente foi a de São Paulo?*" São Paulo foi um exemplo que o senhor deu, apenas; e eu faço o seu exemplo a todas as grandes capitais — todas, inclusive as médias cidades deste País. E o senhor cita dois exemplos desta oscilação: "*um, produto de ações de enfrentamento de organizações criminosas...*" — este é o um. Quando o senhor colocou isso aqui, o meu entendimento é um, apenas: organizações criminosas são chefiadas pelos grandes traficantes deste País, e isso todos sabem — nem os que não militam em segurança pública sabem. E os que chefiam organizações criminosas não são menores; são adultos, são os grandes traficantes. E quando o senhor fala em enfrentamento das organizações criminosas, não são esses adultos, grandes traficantes deste País, que enfrentam a polícia. Esse confronto não é exatamente com a polícia. O senhor mencionou exatamente o enfrentamento das organizações criminosas em relação às mortes desses jovens neste País — o que me traz, nas suas palavras, à questão de quem mata os jovens é, exatamente, o tráfico de drogas, no seu maior percentual, neste País. Esta é uma das causas que o senhor menciona aqui. São suas palavras.

Em segundo lugar, "*A tendência pelo esgotamento da capacidade das políticas implementadas...*" é culpa do Estado. As políticas do Estado em relação a nossa juventude são zero. Eu não vejo em lugar nenhum — tanto em âmbito federal quanto estadual — políticas que coloquem nossos jovens para praticar esportes, fazer cursos técnicos, criar objetivos na vida que não o de estar na rua para serem captados pelo tráfico, para se envolverem com o tráfico.

Então, na verdade, eu nem lhe faço pergunta, professor. Eu fico satisfeito com o seu relatório final, e lhe agradeço profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero também registrar a presença da Sra. Ângela Guimarães, Presidente do Conselho Nacional de Juventude. Obrigado pela presença.

Quero passar a palavra ao próximo orador, o Sr. Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, Sra. Deputada Rosângela Gomes, Srs. Deputados, Prof. Júlio Jacobo, eu quero inicialmente externar a minha satisfação em participar desta audiência e lhe parabenizar e agradecer pelo conjunto



de sua obra na área da segurança pública, que muito tem contribuído para o combate à violência no Brasil.

As investigações do professor são investigações imparciais e, com certeza, a sua palestra e os seus trabalhos vão nos dar um leque de valores relevantes para o trabalho desta CPI. Parabéns pelo trabalho de V.Sa.!

Professor, eu teria aqui três dúvidas. Quando o senhor fala em homicídios resultantes de drogas, são das drogas ilícitas? Está incluído o álcool, ou não? Porque essa é a grande... O álcool é o grande, acho, motivador dos homicídios. Se nós formos a um bairro onde um bar está funcionando até 23 horas, meia-noite, 1 hora, 2 horas da manhã, podem ter certeza de que aí está o causador de algum tipo de homicídio. Então, gostaria de uma abordagem sobre o álcool.

A outra questão — e desculpe-me a minha ignorância — é: o que é o assassinato por impulso e o assassinato por motivo profissional? Porque eu acho que essa conclusão do Conselho Nacional do Ministério Público também leva a alguma distorção. Primeiro, a gente tem que ver nesse inquérito policial o que é motivo fútil, e achei uma proporção muito grande desses crimes de homicídio causados por impulso, assassinatos por impulso.

E, finalmente, V.Sa. não tratou — mas também nós teríamos que ficar aqui uns 3 dias, com muito prazer — da questão de gênero, da mulher negra e jovem. Seja pela gravidez precoce, seja pela paternidade irresponsável, o que a gente hoje vê nos bairros populares em Salvador? Matam o jovem chefe da família, e quem está assumindo as responsabilidades? A jovem negra. E o número de homicídios de jovens mulheres negras, em Salvador, por exemplo, tem crescido assustadoramente. Acho que, em termos de taxas proporcionais, o crescimento de homicídios das jovens já pode superar hoje a de jovens do sexo masculino, até, em termos proporcionais.

Eram essas as três questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Prof. Júlio Jacobo pela presença na Comissão. E cumprimento o meu colega de bancada, Davidson Magalhães, que foi quem tomou a



iniciativa de apresentar o requerimento, subscrito pelo nosso Presidente Reginaldo Lopes, que permitiu esse nosso encontro.

Eu considero, Sr. Presidente, que nós — nós! — não podemos recuar tanto no debate político brasileiro nos termos que a conversa desta Comissão começou a recuar.

Em 1995, eu me recordo como se fosse hoje, eu participei de uma marcha aqui na Esplanada dos Ministérios. Eu era então o Presidente da União Nacional dos Estudantes. Faz 20 anos. Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República, e o Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a luta do povo negro brasileiro, incorporou Zumbi dos Palmares no Panteão dos Heróis Nacionais e afirmou: “*Há racismo no Brasil*” — uma afirmação que tem relevância, porque era o Chefe do Estado Brasileiro que reconhecia a existência de racismo no Brasil.

E não era uma mera declaração de um líder político — insisto; era do Chefe do Estado Brasileiro. E essa constatação era importante para que o Estado brasileiro assumisse a sua responsabilidade histórica de combater todas as formas de racismo, preconceito e discriminação que incidem sobre a população negra, afrodescendente.

Eu digo isso porque não é o caso de, nesta Comissão, nós fazermos um malabarismo intelectual para encontrar uma filigrana para justificar que não é tão negro assim o genocídio que atinge a nossa juventude. É inaceitável que nós percamos o nosso tempo fazendo malabarismos intelectuais.

Esta é a minha primeira observação, Sr. Presidente, que eu acho que é um pré-requisito para nós chegarmos a uma primeira conclusão — se o Sr. Presidente me permitir, e a nossa querida Relatora. Aliás, era o Dr. Ulysses que falava que não podemos brigar contra os fatos. Os dados são estarrecedores. O *Mapa da Violência* apresentado nesta reunião é estarrecedor, e nos permite chegar à primeira conclusão: há genocídio da juventude negra no Brasil.

Sra. Relatora, queria apresentar essa defesa, porque é um primeiro ponto que nós podemos constatar observando os números, observando os dados. Não estou fazendo interpretação, estou olhando e vendo os números que foram apresentados aqui. E isto é importante para que nós possamos avançar no sentido de construir caminhos, para que nós possamos superar essa questão.



Chamou-me a atenção na apresentação do Prof. Jacobo um dado que é muito relevante. Ele, com critério, com cuidado, valorizou políticas públicas que são oferecidas para garantir direitos para a juventude, mas com critério e com cuidado asseverou: *“Nada me permite concluir que essas políticas tenham alcançado eficácia no combate à violência contra a nossa juventude”*. Este é um dado relevante, do meu ponto de vista, sobretudo porque sou defensor do projeto liderado pelo Lula, pela Dilma; afirmamos esse projeto histórico, mas temos que ter consciência do alcance das medidas que o nosso campo e o nosso Governo devem apresentar para enfrentar um problema de tamanha gravidade.

Quando o Presidente Lula assumiu o Governo de 2013, ele falava: *“Meu Governo vai permitir que todo brasileiro possa tomar o café da manhã, almoçar e jantar — três refeições por dia.”* Era a forma simbólica do discurso do Presidente, que trouxe no seu bojo um conjunto de medidas para enfrentar a pobreza e a miséria em nosso País. Talvez nós vivamos diante de uma situação em que caberá ao Estado brasileiro estudar um conjunto de medidas que deem dimensão ao enfrentamento dessa violência. Isso gera impacto em iniciativas, em orçamento, em legislação, em grandes acordos — talvez, num grande acordo nacional que envolva os três níveis de Governo, que envolva o Parlamento, que envolva a sociedade civil no sentido da verdadeira guerra que deve ser combatida, que é para acabar com esses índices, com esses números que envergonham o nosso País.

Considero, para concluir, Sr. Presidente, o que o Prof. Jacobo, quando colocou, no final, entraves centrais — eu chamo a atenção dos meus colegas Deputados, sobretudo depois de duas semanas em que nós nos consumimos aqui no Plenário debatendo alterações na legislação penal do nosso País —, três entraves identificados por um pesquisador que se dedica a esse tema: a impunidade, a cultura da violência e a tolerância do Estado.

Considero, Relatora, que nós devemos observar os três temas — a impunidade, a cultura da violência e a tolerância institucional —, porque são matérias que não se resolvem com o agravamento de tipos penais. Não adianta. Nós podemos instituir a pena que for que o impacto será reduzido para o enfrentamento objetivo dessa realidade.



Portanto, eu considero que nós devemos, nesta Comissão, refletir sobre essas matérias, matérias que, por vezes, estão no plano da cultura, inclusive da cultura política, e que nós não podemos desconsiderá-las no esforço que fazemos para reverter esse ambiente.

Aqui, Professor, de um modo ou de outro, teremos de refletir sobre a militarização das polícias em alguma medida e que tipo de impacto tem nos resultados vividos pelo País hoje. Eu sou daqueles que crê, como o Deputado Davidson Magalhães apontou, que nós devemos prestar a atenção, e tem a ver com tolerância institucional, com as subnotificações, porque há falseamento, evidentemente, de dados oficiais. Isto impacta também. Isto é um desserviço ao povo do nosso País. Eu creio que nós temos que prestar a atenção e estudar mecanismos para inibir que esse tipo de comportamento de gestão possa ter sequência em nosso País.

Quando falo que tem temas que são da cultura, o Deputado Jean Wyllys levou a questão que me interessa que é o problema da abordagem que os grandes meios de comunicação de massa fazem sobre o fenômeno da violência. Isto é um crime contra o Brasil. A forma como se criam estereótipos e a forma como, mesmo indiretamente, se estimula determinadas condutas antissociais a partir da reiteração, da provocação, da afirmação. Tudo pela audiência? Não pode ser!

Eu queria chamar a atenção dos meus colegas, de tudo que foi dito pelo nosso visitante, Prof. Jacobo, há muitas questões importantes, mas alerta: alguns temas vão além do agravamento de penas; alguns estão no campo da cultura, da tolerância, que nós temos perdido. Eu ouço, às vezes, até colegas Deputados se pronunciando no plenário, eu olho para os olhos dos nossos colegas e percebo quase um desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Não é assim que vamos construir uma cultura de paz em nosso País.

Portanto, quero cumprimentar o Presidente Reginaldo pela belíssima iniciativa da Comissão ao receber o Prof. Jacobo que fez uma belíssima intervenção que nos instiga e nos leva à primeira conclusão: há genocídio da juventude negra do Brasil.

E a pergunta que fica: O que fazer para superar essa realidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando.



Quero passar a palavra à nossa Deputada e Relatora Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os Srs. Deputados e Deputadas presentes, aos senhores e senhoras também presentes, ao Prof. Júlio Jacobo — a quem parabeno pelo brilhante trabalho apresentado — e ao Deputado Davidson que teve a iniciativa de propor esse requerimento.

Eu fico muito feliz, Deputado Reginaldo, pela grandeza e pelo nível de debate que esta CPI está promovendo nesta Casa, que, com certeza dará uma contribuição extremamente significativa aos trabalhos aqui realizados.

Segundo, apenas quero deixar como uma observação que quando aceitei essa relatoria, Sr. Presidente, como mulher e como negra, a minha responsabilidade é defender o tema com muita seriedade e principalmente com responsabilidade. Se não fosse assim, eu não aceitaria.

Então, eu vejo que, a partir dos nossos trabalhos aqui, o nosso foco objetivo é — o problema já está identificado — traçar um trabalho, diante do mapa, que nós estamos estudando, para que a gente possa, no futuro, encontrar uma solução real e verdadeira para os problemas que estamos vivendo com esse grande genocídio que é realizado, senão por que dizer, diariamente contra os nossos jovens, sobretudo negros e pobres.

Eu quero deixar algumas perguntas aqui para o nosso professor e gostaria que ele pudesse respondê-las. Acredito que a dinâmica, porque eu tive que me ausentar um pouco, seja ele responder a todas no final dos questionamentos.

Primeiro, professor, eu gostaria de saber por que os dados que o senhor trabalha são somente os do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde? Por que não usar os das Secretarias Públicas também? O que o Estado brasileiro precisa fazer para melhorar a qualidade dos dados de homicídios vindos das Secretarias Públicas? Sobre os autos de resistência, por que as organizações policiais não têm até o dia de hoje dados confiáveis sobre os homicídios cometidos por policiais? Que medidas podem ser adotadas para as forças policiais registrarem adequadamente esses homicídios causados pelos agentes de Estado?

Queremos também saber o perfil das vítimas de homicídios do Brasil: cor, população negra; idade, jovens de 15 a 29 anos; sexo, o senhor já bem colocou que



é masculino; e endereço. O senhor acha que deveria ser feito um programa de redução de homicídios com foco nesse público?

Muitas organizações da sociedade civil denunciam o padrão de violência letal no Brasil como um genocídio contra a juventude negra. O senhor concorda? Há genocídio contra a juventude negra? O senhor, como pesquisador, historiador, concorda com isso? Na sua opinião, qual o maior impacto de violência letal no futuro da sociedade brasileira?

Eram essas as minhas ponderações. Que o senhor possa, com esses questionamentos, me responder, para que possamos aqui ter eficácia e eficiência no trabalho que nós nos propusemos a fazer nesta relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosângela Gomes.

Deputado Sóstenes Cavalcante com a palavra.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente e demais colegas Deputados e Deputadas, por compromissos também assumidos, cheguei um pouco mais tarde e não tive o privilégio de ouvir a apresentação do ilustre Prof. Júlio, que brilhantemente desenvolveu o trabalho. Eu estive aqui pesquisando com um colega de partido o que foi feito.

Eu imagino que a dinâmica seja todas as perguntas acontecerem, e ele responder a todas no conjunto final. Eu gostaria de solicitar, no meu caso, por ter chegado mais tarde, depois que ele responder aos colegas, algum tempo no final. Se houver a necessidade, gostaria que fosse franqueada a possibilidade de eu fazer uma pergunta posterior à resposta de todos. É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Acho que não há nenhuma dificuldade.

Eu andei pesquisando alguns números e uma coisa me impressionou muito. Eu quero perguntar, se eu estou correto, ao nosso professor pesquisador: Até 12 anos de idade, nós teríamos uma morte de crianças para 100 mil, de crianças brancas; e crianças negras, 1,3. Se eu estiver certo, um grande equilíbrio. Depois dos 12 anos, eu tenho outra pergunta, parece que o estudo, o *Mapa da Violência*,



considerou jovens de 15 a 29 anos. Nós fizemos aqui a PEC, depois, posteriormente, o Estatuto da Juventude em 2013, que foi sancionado.

Então, a definição do marco legal, do direito à população jovem, a definição de jovem hoje no Brasil é de 15 a 29 anos. Se nós incluirmos de 12 a 15 — não sei se há esse estudo, qual esse percentual —, nós podemos passar, imagino, bem superior dos 53% do total dos homicídios no Brasil. Mas eu não estudei nem fiz esse recorte.

Em relação aos últimos 12 anos, eu lembro que, quando foi criada aqui na Câmara dos Deputados a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que depois originou o Estatuto, a PEC, o plano de metas, nós tínhamos alguns indicadores sobre perspectiva de vida. A juventude brasileira, anterior a 2002, ficava na perspectiva de vida mais pessimista, uma das mais pessimistas e, nos últimos anos, isso se inverteu, a juventude brasileira, comparada com o mundo, passou a ser uma juventude com maior otimismo.

Há algum estudo dizendo que isso teve impacto? O *Mapa da Violência*, de 1980 a 2012, demonstra um número que eu acho grande, do ponto de vista dos suicídios: 211 mil aproximadamente. Há alguma curva a partir da mudança, do ponto de vista da perspectiva, em relação ao número de homicídios ou não? Eu não detalhei também e não consegui fazer esse recorte do ponto de vista da mudança da perspectiva em relação ao País.

E, por último, eu também quero aqui concordar um pouco com a avaliação preliminar do Deputado Orlando Silva. O senhor coloca que, numa situação “normal” — entre aspas —, o número de homicídios seria de 0,5 a cada 100 mil. Então, como vamos explicar isso para o nosso povo, e até também há um indicador de aproximadamente alguns Estados chegando quase a 200. E é evidente que, ao fazer o recorte de quem está sendo vítimas de homicídios, a ampla maioria 80% negros e pobres, há verdadeiramente um genocídio em relação aos nossos jovens negros.

Então, é isso. São essas as considerações.

Passo a palavra ao nosso Professor Júlio Jacobo, a quem agradeço a presença.



O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ - A verdade é que o teor da pergunta vai exigir que a gente permaneça vários dias aqui discutindo diversas coisas. Não são perguntas leves para responder. Nenhuma delas, pelo menos, se pode responder com um “sim” ou “não”.

Eu vou tentar, inclusive, como falou o Sr. Presidente, vou tentar resumir um pouco, são muitas perguntas e não temos tanto tempo para responder uma por uma, não por desmerecer as perguntas, mas por valorizar o tempo que temos ainda de trabalho.

Aí surgem vários polos, pelo menos, que foram colocados de forma insistente por vários Deputados. Um é a questão da negritude. O que são negros no Brasil? Não a definição do que é ser negro, mas a definição que dá a sociedade. A sociedade é que vai definindo seus estigmas, suas diferenças, etc. Não é um intelectual, não é um governo, etc., que define onde está o conflito.

Aqui vai uma definição no Brasil que foi lembrada por algum Deputado que no Brasil inteiro há democracia racial. O mito do brasileiro cordial. Eu digo mito porque o brasileiro é um indivíduo cordial. Cordial porque não há conflito, não gosta de brigas, não gosta de discriminação, etc. Isso não é dito pela população, dito por intelectuais de peso no Brasil. Quer dizer, por Freire e *company*, que falava desses temas, os criadores da sociologia no Brasil.

A realidade dos dados começou a ser confrontada com a realidade da ideologia e aí criaram algum esquema que mudou. Houve discussões homéricas no Brasil, que é essa questão da cor e da raça. Existe raça no Brasil? Existe raça no Brasil? Para falar de racismo, temos que reconhecer raça. Então, temos, por um lado, classificação de cores: amarelo, branco, negro. São classificações de cores, e não raciais, não são raças diferenciadas. A única que se pode dizer que é uma etnia, quer dizer, e raça é a indígena, que se caracteriza como etnia.

Então, primeiro, eu posso definir como você bem entender a questão racial. Eu não tenho dados então para trabalhar, eu tenho que usar os dados que a própria sociedade me está dando sobre a questão racial. Como trabalha o IBGE? Eu não criei os dados, eu não criei o Censo, eu não criei a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, eu não criei o Sistema de Informações sobre Mortalidade.



Como define o IBGE, que é quem levanta os dados, como define a PNAD, como define o Ministério da Saúde, que tem todos a mesma definição? É uma definição por autotaxonomia. Atentem, é como o indivíduo se autotaxiona. A PNAD não diz, não faz uma observação e diz: *“Ah, este cara é branco, preto, pardo, mulato, indígena”*, etc. Ele pergunta: *“Em qual dessas categorias você se classifica?”* Não há taxonomia que dê conta de todas as variedades. Ao classificar, nós estamos assimilando informações e perdendo informações também. Levantou-se o tema do sexo aqui. Ao dizer sexo masculino e feminino, eu tenho milhares de nuances agora que também são importantes: sexo masculino que é homoafetivo, sexo feminino... Classificando masculino e feminino, eu sei que estamos sintetizando uma coisa, mas perdendo muita informação. É o risco que se tem de pesquisar.

Segunda questão que eu gostaria de colocar. Não é só uma autotaxonomia. Digamos que pode haver erro de autotaxonomia, porque qualquer taxonomia admite erros. O que acontece? Temos milhares de pesquisas, não é uma, não são duas, são milhares de pesquisas. A PNAD é uma pesquisa, 300 mil pessoas estão sendo entrevistadas todos os anos e elas nos dizem duas coisas: quem se classifica como preto, pardo, etc. ganha aproximadamente 60% a menos do que quem se classifica como branco. É uma realidade objetiva que um ganha mais e outro ganha menos. Não é algo que inventou um pesquisador. Existe um corte e fazem diferenças pelo corte. Isso existe, e não podemos negar esse corte, negar a realidade que existe no Brasil.

Que cada texto admite múltiplas interpretações admite. Ninguém pode pretender que um texto seja unívoco e seja interpretado. Ora, que eu diga aqui que o Estatuto do Desarmamento não teve a incidência da realidade, gostaria de mostrar exatamente o parágrafo onde eu digo isso — exatamente. E vamos discutir então sobre outras bases, o que se chama distorção de um texto. Sobre essas bases que vamos discutir. Por quê? Porque estão proliferando interpretações que eu vi em nenhum momento.

(Segue-se exibição de imagens.)

O texto é muito claro, tem gráficos inclusive. Desde 1996 até 2003, um aumento sistemático de 6,5% no número de homicídios no Brasil, Desculpem-me, taxas de homicídios no Brasil. Isso está claro em todos os textos que eu emito.



De 2004 a 2006, cai. Efeito do Estatuto do Desarmamento e de outras políticas que têm a ver com o Estatuto do Desarmamento. De 2007 para frente, aumento progressivo até 2012. Há um estouro por vários motivos que estão analisando no *Mapa da Violência*. Mas se nós comparamos as taxas entre 2003 e 2012, vamos saber que as taxas são exatamente iguais, quer dizer, 28,9 contra 29. Se para você é diferente 0,1 em 100 mil, para mim é irrelevante esse 0,1 em 100 mil. O que quer dizer? Voltamos para trás.

No texto está muito claro que a política de desarmamento conseguiu estagnar o incremento dos homicídios, não conseguiu diminuir, por quê? Vários motivos que têm que ser analisados. Primeiro, no texto, por exemplo, não foi consequente. Entre 2004 e 2005, foram recolhidas aproximadamente 500 mil armas de fogo. Em todo o transcurso posterior a várias campanhas esses índices chegaram a cento e pouco mil, nos 7 e 8 anos. O Estatuto do Desarmamento ficou empanturrado e empantanado em 2004 e 2005 e, na realidade, acabou praticamente a parte de comercialização e retirada de arma de fogo. Então, isso é que eu critico.

Segundo, ninguém falou — e eu não falei em nenhum momento — que desarmar a população era suficiente. Eu falei sempre: desarmar a população é necessário, mas não suficiente. É necessário, sim, porque a primeira coisa que faz qualquer indivíduo com mediana inteligência é: se tem dois continentes, tem que tirar a arma de fogo, senão podem se matar. Isso é o abc do senso comum, nem sequer tem que ser um intelectual de direita, centro, esquerda. Chama-se abc de senso comum.

As Nações Unidas, quando lidam com uma situação de conflito, a primeira coisa que faz é desarmar a população. Podem se atacar? Podem, mas podem se matar? Fica mais difícil.

Então, há vários princípios que só no abc dos textos que não admitem interpretações errôneas. Eu nunca falei que o Estatuto do Desarmamento — e nunca vocês vão encontrar uma linha — foi inócuo ou que privilegiou os homicídios ou que incentivou os homicídios. Muito pelo contrário, em todos os textos fica muito claro, o Estatuto do Desarmamento estagnou, mas não conseguiu reduzir, por quê? Vários motivos justificam. Além dos expostos no trabalho, temos, primeiro, uma série de reformas inacabadas. O que vem a ser? Reforma penal, reforma do Código de



Processo Penal, tem uma série de reformas que se vem discutindo há muitos anos no Brasil que se sabe que são totalmente superadas, totalmente amorfas. Essa é nossa realidade, inclusive a reforma da polícia, de militarização da polícia. Isso entra ali dentro, e não estão progredindo.

Tudo isso faz necessariamente agora. Chegamos a uma situação que é um nó, não se sabe por onde começar e onde terminar, porque são muitas reformas inconclusas que temos ainda pela frente. Ora, daí interpretar que o desarmamento não deu resultado? Deu resultado. Não é o que todos nós esperávamos, mas pelo menos é uma coisa. Há um princípio que eu respeito muito, que é um princípio da psicanálise: o primeiro passo da cura é a consciência da enfermidade. Sem a consciência da enfermidade, não tem cura possível. Ora, a consciência da enfermidade não garante cura para ninguém, tem que ter muito mais que consciência da enfermidade.

Nós não somos conscientes do que está acontecendo em nossa realidade, do extermínio que temos, seja negro, seja pobre, temos o extermínio de juventude que tem certas características — e nisso eu dou razão ao senhor —, pobre tem uma cor determinada. Não está sendo exterminado porque é negro, está sendo exterminado porque é pobre, mas coincide no Brasil que ser negro é ser pobre ou ser pobre é ser negro, coincide: negro e pobre. Enfim, podemos tirar o negro, vai continuar existindo o mesmo problema. Para mim, esse é um falso problema, não é um bom problema para enfrentar. O jovem das periferias urbanas está sendo exterminado por tolerância institucional, e nisso você tem toda a razão do mundo, nós concordamos. Isso nós já colocamos não é de hoje.

Em 1998, quando publicamos o primeiro *Mapa da Violência*, a raiz da morte do índio, nós colocamos exatamente como hoje. Temos uma visão maniqueísta da realidade. O que quer dizer maniqueísta da realidade para nós? Ou temos a juventude dourada, da *Rede Globo*, ou temos a juventude pobre e violenta. Ora, e no meio existe um monte de coisa que nós não levamos em conta.

E a partir daí, começamos toda uma campanha que são anos e anos de trabalho e de luta, tentando que seja assumido o problema da juventude no Brasil. Com enorme alegria e satisfação, vejo que temos hoje a uma Secretaria de Juventude, que temos políticas para a juventude, que temos um estatuto da



juventude, que estamos avançando. Ora, e nunca vai parar e não seria suficiente. Pelo contrário, temos que conseguir muito mais ainda, temos que avançar muito mais ainda.

Duas questões interessantes: uma delas, subnotificações. Geralmente, temos enormes subnotificações e nenhuma para violência. Inclusive eu fiz vários mapas, colocando os níveis de subnotificações que temos. Além das conhecidas, por exemplo, cadáveres em averiguação. E surgiu uma pergunta bem interessante em relação ao Rio de Janeiro. Inclusive, Daniel Cerqueira fez um trabalho, acho que o senhor conhece bem esse trabalho, que foi interpelado por haver trâmite, briga, ameaça de processo, etc. Daniel Cerqueira dizia que há um regime dos homicídios ocultos no Rio de Janeiro. Aí Beltrame saltou para (*ininteligível*) etc., mas realmente a partir daí começou magicamente, Beltrame falou que começaram a cair o número de cadáver para averiguação.

Eu não trabalho com Boletim de Ocorrência, porque o próprio Ministério fala que temos muito má cultura de notificação em Boletim de Ocorrência. Se você pegar o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vai ver que ele classifica os Estados em quatro tipos: um tipo é aquele que não fornece informação, não fornece informação pobre e distorcida. Se é reconhecido pelo próprio Estado, pelo próprio sistema, eu não trabalho com esses dados.

Segunda questão: o Boletim de Ocorrência não me oferece — tal como está sendo apresentado hoje no Brasil — instrumentos de análises. Por exemplo, não desagrega idades, não desagrega, ele tem número de homicídios, não desagrega idades, me desculpem. Não desagrega sexo, ele tem estupro, etc., que é fundamentalmente feminino, porque tem estupro masculino também, aí não desagrega. Não desagrega cor. Eu não sei se branco, negro, etc. Não desagrega Municípios. Eu não sei qual Município. Outro pode trabalhar? Sim, pode trabalhar. É mais rico? É mais rico, porque tem roubos, furtos, etc., mas eu não posso trabalhar, porque meu modelo de análise é por sexo, por idade, por faixas, etc. Esse é o meu modelo de análises.

Sobre outras perguntas, homoafetivos, etc., não temos informação, lamentavelmente. Inclusive a informação que tem nas declarações de óbito é muito pobre. Por exemplo, quando vocês comentaram sobre local, ele consigna só local de



residência e local de ocorrência, onde ocorreu a morte, mas pode acontecer, e acontece com frequência, que o cara é ferido em um Município, é tratado no hospital de outro Município e é registrado como — vou dizer — desova da cadáver. É registrado em outro Município.

Eu apresentei um projeto através do Deputado Raul Henry, para que as certidões de óbito constassem local do incidente que originou a morte do indivíduo e data do incidente também. Até agora não foi aprovado e, não sendo aprovado, continua o sistema tal como está. Isto é, nós temos uma série de deficiências que demora muito, eu não explico por que tanta demora, 3, 4 anos, se temos agora sistemas de informática, que são extremamente poderosos. Um banco pode fazer um milhão de ações em 15 minutos.

Com todo esse sistema que temos não podemos contabilizar 100 mil, 200 mil. Eu não explico muito bem como funciona esse esquema, mas é um esquema que podemos trabalhar. Ninguém tem um ideal de trabalho possível. São dados com que a gente conta e com os quais a gente trabalha.

Não sei deixei alguma coisa fora das perguntas, mas eu acho que...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A sua opinião sobre as representações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos organizar aqui. Deputado Jean Wyllys. Depois, Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, eu só estou lembrando para ele. A questão das representações da violência nos meios de comunicação, nos programas, em que medida isso tem um papel nessas taxas.

O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ - Basicamente tem um papel fundamental, não direta, mas indiretamente. O que quer dizer? Qualquer notícia no jornal não coincide exatamente com o que é notícia para um pesquisador.

Se morre um negro na favela, não é notícia, o jornal não publica. Se morre um empresário em um bairro abastado é motivo de publicação, motivo de campanha, motivo de mobilização social, etc. Se morre um menino vítima de bala e se o menino teve a sorte de estar em um momento terminal, ele vai ser motivo de... Se morrem dois meninos em uma favela, praticamente não é notícia, não aparece nos jornais.

Sobre homoafetivos, a única que eu lembro é uma instituição baiana que faz relato, através de notícia de jornais, do caso de homicídios de homoafetivos. É a



única coisa que eu li, trabalhei, o que saiu no jornal não é exatamente muito confiável, digamos.

Sobre os jornais, não cabe dúvida de que segurança hoje, a partir da década de 90, começou a ser parte do jogo político. Alguém se elege ou não, inclusive nas últimas eleições, ficou muito claro, pela questão da segurança. Pela primeira vez, no ano de 1996 ou 1997, o DataFolha fala que o paulista está preocupado com a questão da segurança, porque tinha havido o sequestro de um empresário, Abílio Diniz foi sequestrado nessa época, etc. Isso em nível nacional, num levantamento de IP, que se chama Índice de Percepção, no primeiro levantamento. No segundo foi muito menor.

No primeiro levantamento, praticamente 85% da população brasileira tinha medo de morrer em seu Município, morrer assassinado. Oitenta e cinco por cento da população é muito, muitas pessoas com medo. Os homicídios subiram e a percepção baixou. Depois baixou para 65.

Não é uma gradação imediata entre percepção da violência e violência em si própria. Por exemplo, sequestraram um empresário aqui em Brasília, há uns 4 ou 5 anos. Houve um *boom* das empresas de segurança privada. Todo mundo começou a pedir segurança, etc.

Não é um equivalente. São fatos que detonam na opinião pública, detonam na imprensa, há um rebuliço e depois são substituídos por outro fato que merece mais atenção. É uma memória de pilha. A primeira vai baixando, vai subindo outra, vai subindo outra.

Eu acho que a imprensa tem dois papéis fundamentais. Um bem positivo. Através da imprensa estão se noticiando muitos fenômenos, principalmente a imprensa investigativa. Muitos fenômenos estão acontecendo, a imprensa está descobrindo muita coisa que depois incitam CPIs e o que for. Por exemplo, o caso do (*ininteligível*), etc.

Por outro lado, a imprensa também desempenha um papel negativo através da promoção, da segregação, da discriminação, etc. Acho que a imprensa, como toda a nossa sociedade, tem um duplo papel: uma parte que precisa ser superada e outra parte que é bem positiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vários já se manifestaram, mas vamos combinar de os senhores fazerem uma intervenção pequena, por causa do horário e dos compromissos do professor.

Qual é o seu horário, professor?

O SR. JÚLIO JACOBO WASELFISZ - Às 14h15min, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Às 13h30min, o professor tem que almoçar. Então, peço uma compreensão dos nobres Deputados.

Então, concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro e, depois, ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Professor, eu fico muito feliz com a sua presença hoje aqui. Tenho certeza de que o estudo que o senhor fez é aprofundado, vem com gráficos.

O seu posicionamento aqui foi um posicionamento imparcial, de querer mostrar os números, de querer mostrar a verdade das coisas que estão acontecendo.

Não vou lhe dirigir a pergunta, apenas vou ratificar o que o senhor acabou de concluir na sua exposição final. Primeiramente, o senhor falou do negro, de que a cor negra é uma questão de senso, é de quem se identifica com a cor A ou com a cor B. O senhor definiu claramente que a questão das mortes de jovens não é “negra”, a questão é “pobre”. Quem estão morrendo são os jovens pobres. Isso ficou bem claro pelo que o senhor colocou agora no final e está registrado.

Segundo, eu menciono até a questão da pobreza, e isso o senhor colocou também perfeitamente. Não vou lhe perguntar novamente, eu apenas vou ratificar, porque está registrado e está gravado. Primeiro, os jovens pobres que estão morrendo, a meu ver, são a maior parte da população. No nosso País, mesmo com senso ou sem senso, somando os pardos e os negros, nós somos um negro só. Fazemos parte da cor escura.

Segundo, por eles serem a maior parte da população brasileira e serem pobres, têm menos oportunidades. Eles não têm oportunidade de políticas públicas que os direcionem para caminhos corretos de vida, para aprenderem valores corretos de vida, sequer para práticas de esporte de forma extensiva nas escolas, que não se veem neste País.



Então, esse é um ponto que o senhor colocou e que me satisfaz muito. E tenho certeza de que vai satisfazer muitos Deputados que ainda não têm exatamente o entendimento do que está matando nossos jovens pobres neste País.

A outra questão é a do homoafetivo. Ficou bem claro que o senhor não tem dado nenhum de morte de homoafetivo na sua pesquisa. Embora, na minha concepção, não se trate especificamente de jovens, mas, no meu Estado principalmente na grande Belém, nós temos tido grandes ataques a homoafetivos, principalmente, àqueles que fazem programas nas ruas. Isso é também um trauma muito grande a meu ver, com que eu — graças a Deus —, não tenho problema nenhum.

Ratificando novamente a questão — e por tudo, pela sua conclusão que também está registrada e gravada —, o senhor citou o exemplo da cidade de São Paulo. Esse exemplo da cidade de São Paulo é apenas para especificar um exemplo, porque ele se estende com certeza ao resto de todas as cidades do País. As mortes dos nossos jovens — depois daquela parte que em que se estacionaram as mortes por homicídios — alcançaram novamente um ápice grande devido ao enfrentamento com organizações criminosas. Volto aqui a dizer que quem coordena, quem administra, quem são os líderes das organizações criminosas são os grandes traficantes, não são os jovens.

Esse conflito que o senhor menciona no seu relatório é entre esses líderes e, não, com a Polícia. A Polícia não é jovem, porque ninguém pode entrar com 16 ou 17 anos ainda na Polícia. Então, é com a nossa juventude. E, de cima para baixo, especifica-se exatamente aquele jovem que não teve as oportunidades na vida e que, morando nas periferias, se envolveu de alguma forma no mundo do crime.

Mais especificamente, são os jovens do sexo masculino, porque são os que têm mais acesso a esse tipo de coisa — a droga — ou porque são dedo-duro, ou porque estão devendo na boca de fumo, ou porque, de alguma forma, estão envolvidos no mundo do tráfico de droga.

Para finalizar, Sr. Presidente, sem a menor sombra de dúvida — e que para mim é a pior de todas —, a segunda é a questão das políticas públicas. O Estado, como um todo, não desenvolve políticas públicas para que possa manter os nossos



jovens “presos”, no bom sentido, ocupados com coisas boas, com valores corretos de vida.

E, só para acrescentar, a questão dos programas policiais — bem mencionado — traz sim coisas ruins, induz a coisas ruins, como a televisão induz. A televisão, que deveria ter o papel de informar nos programas e nos noticiários, muitas das vezes, se direciona a ensinar coisas ruins. E nós temos exemplos recentes.

Finalizando, Sr. Presidente, eu quero concordar com a Deputada Rosângela Gomes, que nós realmente possamos trazer outras fontes para enriquecer as informações que o professor trouxe aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sei que devo agilizar o tempo e serei bem sucinto.

Também quero agradecer a sua presença, professor, que enobrece esta CPI. Em especial, pude matar saudades com seu portunhol muito bem falado, porque tenho dois filhos argentinos, que nasceram quando lá morei por 8 anos. O senhor me fez matar saudades e relembrar aquela terra que me acolheu muito bem durante esse tempo.

Quero agradecer a sua exposição pelas respostas que eu ouvi, o que só me fez lamentar não estar aqui desde o início para ouvir a sua brilhante exposição e seu equilíbrio com que aborda o tema.

E quero fazer alguns apontamentos — dois ou três, rápidos — e, no final, deixar uma indagação, se lhe couber tempo para isso.

A sua abordagem sobre o Estatuto do Desarmamento vem de encontro um pouco ao nosso mandato. Sou Parlamentar de primeiro mandato, estou aqui com a maioria de votos de pessoas religiosas. Algumas bandeiras aqui na Câmara Federal querem ser empunhadas de maneira puxada para o lado ideológico, com as matizes ideológicas de direita, de esquerda e de centro. De vez em quando, me questiono sobre isso, porque, se forem me rotular ideologicamente, vão dizer que eu sou talvez de direita, eu me considero de centro.



Dizem alguns que o Estatuto do Desarmamento é uma questão ideológica de esquerda. Na contramão de tudo que podem pensar — porque dizem que nós teríamos uma tendência a ser de direita e de não apoiar o Estatuto do Desarmamento —, eu apoio o Estatuto do Desarmamento, por um princípio básico: eu defendo a vida desde a sua concepção. Qualquer Parlamentar nesta Casa que defenda a vida tem que ser contra a proliferação de armas, com certeza. Então, essa não é uma bandeira da esquerda. Essa é uma bandeira que pode também ser da esquerda, mas é uma bandeira de quem defende a vida.

Na minha bancada — nós temos uma bancada de evangélicos aqui no Congresso Nacional —, nós temos alguma resistência a isso. E eu serei uma voz dentro da bancada a favor do Estatuto do Desarmamento e queria deixar isso claro ao Presidente e a esta Comissão. Diferentemente do que todo mundo pode pensar, essa é uma bandeira, para mim, de quem defende a vida.

Quero parabenizar a sua exposição sobre esses números, que vão ajudar no meu argumento. Estou levando a apostila para melhor estudar todo o assunto, melhor argumentar aos meus colegas de bancada evangélica. Quero ainda dizer que, assim como o senhor, professor, tem dificuldades com os dados e não os entende, eu também não os consigo entender. E aí, de novo, eu não vou polemizar o assunto.

Nós estamos há 12 anos com um Governo de esquerda e tivemos 8 anos com outro Governo de centro, direita — diga-se o que quiser do outro Governo —, mas nenhum deles resolveu o problema de dados sistêmicos? O mundo avança com tecnologia e os nossos governos parecem que ficam no tempo. Não consigo entender isso.

E aí vem o senhor com toda a boa vontade, com toda a dedicação a seu serviço, trazer dados a nós — que estamos querendo —, para levantar problemática do jovem pobre e negro no País, por que essa violência toda, e esbarramos nos mesmos problemas de sempre. Não temos dado seguro. Vem governo, entra governo. Vem direita, esquerda, seja quem vier. Até quando nós vamos conviver com insegurança de dados?



Tenho um problema muito sério com isso e eu entendo quando o senhor se expõe e não quer se comprometer com dados. V.Sa. está correto quanto ao seu posicionamento.

E, por último, eu ia deixar a pergunta, mas não o quero fazer, vou fazê-lo como afirmativa. Se existem duas grandes instituições sociais que podem contribuir com a redução do problema da violência contra negros e pobres, elas se chamam Igreja e família.

Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra o próximo orador, o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria agradecer ao Prof. Julio.

Eu sei que, na realidade, o senhor trabalha em cima daquele jovem que morreu, que foi a óbito, e nós temos, é claro, outros tipos de violência. Acho que o tema... Quando se coloca o *Mapa da Violência* contra os jovens no Brasil... Há a questão dos jovens que foram vítimas de tortura, maus-tratos, tratamentos desumanos, cruéis, degradantes, lesão corporal; jovens que ficaram com sequelas em termos de...

Seria muito importante que o senhor pudesse trabalhar a questão dos autos de resistência e mortes, e a outra, dos grupos de extermínio e milícias, também com relação a essa situação. Colocar isso como ponto de reflexão e debate seria importante.

E o fornecimento às autoridades responsáveis... Na questão do inquérito... Seria importante identificar os dados, para que efetivamente nós tivéssemos um banco de dados que, de fato, compreendesse todas as dimensões, não apenas aquele aspecto, muitas vezes: foi arma de fogo, não teve, ou foi com faca.

Ou seja, na realidade, o importante é pegar elementos que possam provar que a sociedade muitas vezes tem uma cultura de violência, como V.Sa. colocou, e essa cultura de violência muitas vezes é exacerbada, alimentada e fortalecida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por último, falará o Deputado Jean Wyllys. Nós vamos encerrar, porque vamos ainda acompanhar o professor para o almoço.



Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Prof. Jacobo, sua exposição está toda registrada aí: todos os dados que o senhor trouxe, que apontam, sim, para um crescente extermínio da juventude negra.

As pessoas não têm que ter medo de dizer isso nem querer fazer malabarismos intelectuais — para citar a expressão do Deputado Orlando Silva. As pessoas não precisam fazer isso para negar que, sim, há um crescente aumento — perdoem-me a redundância — nas taxas de homicídio e mortalidade entre os jovens negros deste País, que são pobres, é óbvio. Como o senhor mesmo disse, no Brasil a pobreza coincide com a negritude.

Isso é fato e isso é herança de uma escravidão que moveu a economia do Brasil. Ou as pessoas também vão querer apagar a escravidão, a empresa da escravidão como motor da economia deste País e a falta de reparos de toda a herança cultural e política que veio desse período da escravidão? Será que vão fazer isso? Será que vão negar que milhões de negros vieram para cá como escravos para mover a nossa economia; que, uma vez libertados, não houve nenhuma política de Estado de inclusão, e que a herança dessa ausência de política de Estado se reflete hoje nessas taxas de homicídio que o senhor trouxe aqui?

Está tudo registrado aí, está tudo registrado, como está registrado que o senhor disse que não trabalha com as questões de identidade de gênero e orientação sexual porque esses dados não constam na sua fonte de pesquisa. Não tem dados sobre isso. Isso não quer dizer que não existam, muito pelo contrário, muito pelo contrário.

Então, esses malabarismos e a afirmação de que está gravado... Ora, eu também estou gravado. Está gravado. Eu estou nesta audiência pública desde o início, desde a primeira hora, e ouvimos aqui com toda a atenção o rigor da sua pesquisa e como ela não foge do que tem que ser dito. O que tem que ser dito é: sim, há um aumento na taxa de homicídios na população jovem negra e pobre deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Julio Jacobo.



O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ - Vou tentar também ser breve, falar bem rapidamente. Quero ler um parágrafo em que eu menciono as organizações criminosas tão mencionadas pelo nobre Deputado. Eu estou me referindo a um caso específico, o de São Paulo. Não sei se vocês lembram: no fim de 2012, outubro de 2012, saiu o PCC, na rua, a metralhar postos policiais, etc. E houve um *boom* dos homicídios em São Paulo, tanto é assim que a *Folha de S.Paulo* começou a falar: *“Ah, se derrubou totalmente o mito!”* E eu, entrevistado pela *Folha de S.Paulo*, falei: *“Não, para mim, é circunstancial. Não tem organização criminosa que aguente vários meses de enfrentamento com o poder do Estado, porque Estado tem recursos infinitos, e organização criminosa tem recursos finitos”*.

Então, não dá para enfrentar o Estado como fez o PCC. Vai durar 2 meses, 1 mês, 3 meses e vai acabar. Efetivamente, no mês de janeiro começou a baixar. Começou em outubro e terminou em janeiro.

Vou ler o parágrafo que menciona o nobre Deputado: *“Rio Janeiro, cujas quedas vinham já de 2003, estagna no último ano em 28,3 homicídios por 100 mil habitantes. Seria prematuro identificar se é uma oscilação circunstancial, como provavelmente foi a de São Paulo, produto de ações de enfrentamento de organizações criminosas (...)”*

Não é a polícia ou o Estado que enfrentam a organização. Foi uma conjuntura determinada: São Paulo, outubro de 2012. O PCC eu considero que é uma organização criminosa, a menos que se fale de outra coisa. É a única conjuntura que eu falo de organização criminosa, que foi a saída do PCC. Não sabemos se se trata disso ou de uma tendência pelo esgotamento da capacidade das políticas implementadas em São Paulo.

Eu estou falando exatamente de São Paulo, uma conjuntura determinada. Eu não estou falando da realidade nacional, não estou falando de organizações criminosas nacionais e internacionais. Eu estou falando especificamente do PCC, que saiu às ruas em outubro de 2012 e inflou as estatísticas de homicídio.

Não sei se ficou claro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Ficou.

O SR. JULIO JACOBO WASELFISZ - Obrigado.



Ah, desculpe-me! Falta um ou dois (*ininteligível*). Sobre o tema das outras violências, existem trabalhos, sim, com o tema da mulher, o tema da criança e do adolescente. São mapas da violência que trabalham com dados do SINAN.

O SINAN é um sistema compulsório de notificação de violência contra mulher, crianças e idosos. O agente público, o agente do SUS está obrigado a registrar quem foi o autor da violência, qual foi o tipo de violência: maus-tratos, espancamento, enforcamento, etc.

Então, existem trabalhos, sim, com outros tipos de violência não letal, que integram o *Mapa da Violência*. E, neste mapa, eu trabalho só homicídios, suicídios e acidentes de transporte, como eu disse na introdução. São as três coisas trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero agradecer mais uma vez ao Prof. Julio Jacobo, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e dizer que foi brilhante a exposição. Eu acho que ela abre os nossos trabalhos de audiência.

É evidente que a Comissão está aberta para outras linhas de pesquisa. É preciso apenas que os Deputados apresentem requerimentos com sugestões. Nós já temos outros requerimentos que foram apresentados.

Eu quero aqui fazer um agradecimento, do fundo do coração, ao Sr. Julio. Eu acho que demos um passo importante para iniciar os nossos trabalhos aqui nesta CPI. Também agradeço aos Srs. Parlamentares, à assessoria e aos demais presentes.

Antes de encerrar, convoco reunião deliberativa de requerimentos para terça-feira, às 14h30min, acompanhada de audiência pública com o Presidente do IPEA, quando nós vamos debater o estudo do IPEA sobre os impactos econômicos no País desse número de assassinato de jovens negros e pobres.

Então, convido a todos os Deputados para a reunião de terça-feira, às 14h30min, no Plenário 14.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Muito obrigado.